

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

BIANCA REIS RAMOS

**DIAGNÓSTICO URBANO-RURAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA
AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL: UMA ANÁLISE DOS RENDIMENTOS
ESCOLARES, ESTRUTURA OCUPACIONAL E ACESSO ÀS
INFRAESTRUTURAS E OPORTUNIDADES.**

Porto Alegre

2018

BIANCA REIS RAMOS

**DIAGNÓSTICO URBANO-RURAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA
AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL: UMA ANÁLISE DOS RENDIMENTOS
ESCOLARES, ESTRUTURA OCUPACIONAL E ACESSO ÀS
INFRAESTRUTURAS E OPORTUNIDADES.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto R. Soares

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Ramos, Bianca Reis

Diagnóstico urbano-rural do desenvolvimento social na Aglomeração Urbana do Sul: uma análise dos rendimentos escolares, estrutura ocupacional e acesso às infraestruturas e oportunidades. / Bianca Reis Ramos. -- 2018.

272 f.

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Desigualdade socioespacial. 2. Desigualdades escolares. 3. Indicadores sociais. 4. Sistema de Informação Geográfica. 5. Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL). I. Soares, Paulo Roberto Rodrigues, orient.

II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BIANCA REIS RAMOS

**DIAGNÓSTICO URBANO-RURAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA
AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL: UMA ANÁLISE DOS RENDIMENTOS
ESCOLARES, ESTRUTURA OCUPACIONAL E ACESSO ÀS
INFRAESTRUTURAS E OPORTUNIDADES.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Miño
POSGea/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Daiane Boelhouver Menezes
Fundação de Economia e Estatística

Prof. Dr. Solismar Fraga Martins
Universidade Federal do Rio Grande

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, meus irmãos Bruno, Bryan e Taylor e à minha tia Ângela. Agradeço à Nicole, Ju Ortiz, Ju Flores, William, Mel, Keila, Barbara e Gabriel, amigos e amigas de todas as horas que me acompanham há muito tempo. Além do mestrado, Porto Alegre me deu grandes amigas para a vida e que eu agradeço muito pelo apoio e companhia durante esses dois anos: Sabrina, Eleonora, Renata, Débora e Vitória. Agradeço aos colegas de mestrado da UFRGS pela parceria e aos colegas e amigos da FURG: Perla, Ricardo, Ruth, Marília, Matheus, Andressa, Caio, Potiguara, Maristel, Rafael, Erick, João, Bruno, Julia e tantos outros que fizeram parte da minha caminhada.

À professora Carol do IFRS (que me salva quando preciso de dados espaciais sobre Rio Grande desde 2008), pelo seu incentivo, palavras de motivação e exemplo. Assim como a professora Tatiana, Tiago, Allan e Miguel. Vocês com toda certeza me influenciaram positivamente e me apresentaram o universo do geoprocessamento, o qual nunca mais sai, e nem pretendo. Ao professor Carlos Tagliani pela oportunidade de trabalhar e aprender mais sobre geoprocessamento no LOG, assim como a parceria com a Priscila Teixeira, Rosani, Priscila Straccioni e Alexandra.

À professora Susana e ao professor Solismar, que me apresentaram o que é a pesquisa em geografia, me ensinaram muito e eu sou muito grata pela experiência, troca de ideias e ensinamentos que vocês me proporcionaram no Núcleo de Análises Urbanas. Agradeço também aos professores Cesar, Simone, Elisângela, Flávia, Rossana, Ulisses, Leda e Eder pelas conversas, conselhos e contribuições durante a minha graduação na FURG.

Ao professor Paulo pela orientação e auxílio nesta pesquisa e por todas as contribuições em todo o período do mestrado, sempre acessível e aberto ao diálogo. À professora Tânia e à Daiane pelas contribuições dadas ao meu trabalho na qualificação. Aos membros da banca examinadora por todas as sugestões valiosas que deram ao meu trabalho. Por fim, ao auxílio financeiro da CAPES, que possibilitou a minha dedicação exclusiva para esta pesquisa.

*Se a educação sozinha não transforma a
sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.*

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho visa o estudo do perfil populacional entre centros urbanos e seus espaços intraurbanos, estabelecendo uma relação entre as concentrações de população em situação de exclusão e inclusão social, para analisar a reprodução das desigualdades no desenvolvimento social dos municípios pertencentes à Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL), estado do Rio Grande do Sul. Este estudo foi elaborado a partir da espacialização dos espaços de exclusão e inclusão social, das condições coletivas de acesso aos equipamentos públicos e infraestruturas básicas, assim como a análise das oportunidades que o lugar pode oferecer à população em termos de emprego e educação. Estas oportunidades que foram analisadas se referem ao acesso ao emprego formal, às características ocupacionais da população, e aos rendimentos escolares no espaço intraurbano. A metodologia consistiu na elaboração do Índice de Exclusão/Inclusão Social, na elaboração do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), na caracterização do contexto histórico, funcionalidade, tamanho e hierarquia de cada centro urbano, na caracterização do perfil ocupacional da população, e por fim, na identificação dos estabelecimentos e rendimentos educacionais. A AUSUL é uma aglomeração urbana não metropolitana formada por dois municípios que são cidades médias (Pelotas e Rio Grande) e por três municípios de porte pequeno (Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte). Esta aglomeração possui um histórico de ciclos econômicos e iniciativas de desenvolvimento social e econômico, com tradição portuária, industrial, e mais recentemente, na indústria naval, que devem ser analisadas não apenas do ponto de vista econômico, mas também sobre a perspectiva de estudos focados no desenvolvimento social e humano dessa região. Foi possível analisar que uma parcela da população apresentou baixos índices de desenvolvimento social e autonomia de renda, principalmente no município de São José do Norte, mas também nos bairros mais vulneráveis dos municípios que apresentaram as melhores avaliações (Rio Grande e Pelotas). Essas características são visíveis na limitação de oportunidades e percepção das mesmas, na acessibilidade aos serviços públicos, na concentração de renda e na pobreza que a população de algumas áreas de cada município enfrenta. A análise possibilitou observar as desigualdades e disparidades sociais entre os municípios e no interior dos seus respectivos bairros, que se mostraram bastante heterogêneos, justificando a importância da análise interurbana e intraurbana integrada.

Palavras-chave: Desigualdade socioespacial. Desigualdades escolares. Indicadores sociais. Sistema de Informação Geográfica. Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL).

ABSTRACT

This work aims the study of the differences between the population profile of cities and their respective inner urban spaces, establishing relationships between the concentration of population in a social exclusion situation and the population in a social inclusion situation, to analyze the inequalities in the social development of the cities that forms the Urban Agglomeration of the South (AUSUL). This study was elaborated from the observation of social inclusion or exclusion in the urban spaces, collective conditions of access to public facilities and basic infrastructure, as well as an analysis of the opportunities that the place can offer in terms of employment and education. The analyzed opportunities refer to the access to formal job, the occupational characteristics of population, and the school performances in inner city spaces. The methodology consisted in drawing up the Index of Exclusion/Inclusion, in the drafting of the Welfare Urban Index (IBEU), in the historical context, functionality, size and hierarchy of each urban center, on characterization of the occupational profile of the population, and finally, the identification of educational institutions and their performances. The AUSUL is a non-metropolitan agglomeration composed by two municipalities that are medium-sized cities (Pelotas and Rio Grande) and three small-sized cities (Arroio do Padre, Capão do Leão and São José do Norte). This agglomeration has a history of economic cycles and initiatives of social and economic development, with port activities, industry and, more recently, naval industrial tradition, which must be analyzed not only from an economic point of view, but also through the perspective of studies focused at the social and human development of this region. It was possible to analyze that a part of the population showed a low level of social development and income autonomy, especially in the city of São José do Norte, but also in the vulnerable districts of the cities with the best evaluations (Pelotas and Rio Grande). These characteristics are apparent in the perception and in the limitations of opportunities, in the access to public services, and in the concentrated wealth against the poverty that some of these regions face. The analysis made possible to observe the social inequalities and disparities between the cities and in their inner spaces and their respective neighborhoods, which were quite diverse, justifying the importance of the analysis between cities and their respective inner spaces.

Keywords: Socio-spatial inequality. School inequalities. Social indicators. Geographical Information System. Urban Agglomeration of the South (AUSUL, Brazil).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Níveis geográficos de análises que foram utilizados nas representações.	56
Figura 2- Fluxograma das etapas do trabalho.....	57
Figura 3- Cálculo do índice de exclusão/inclusão social.	60
Figura 4- Exemplo de cálculo da Dimensão Autonomia de Renda.	62
Figura 5- Exemplo de cálculo da Dimensão de Desenvolvimento Humano.	63
Figura 6- Exemplo de cálculo da Dimensão Equidade.....	64
Figura 7- Exemplo de construção da Dimensão Qualidade Domiciliar.....	65
Figura 8- Construção do IBEU.	68
Figura 9- Dimensão de Mobilidade Urbana nos municípios de Pelotas e Rio Grande.	70
Figura 10- AUSUL: Municípios e divisão em distritos.....	83
Figura 11- AUSUL: Limites municipais e áreas urbanas da Aglomeração Urbana do Sul.	86
Figura 12- Rio Grande, Pelotas: Bairros da área urbana.	92
Figura 13- Arroio do Padre, Capão do Leão, São José do Norte: Bairros e subdistritos municipais.	93
Figura 14- AUSUL: Índice Intermunicipal de Exclusão/Inclusão.....	95
Figura 15- AUSUL: Dimensão Intermunicipal de Autonomia de Renda	96
Figura 16- AUSUL: Dimensão Intermunicipal de Desenvolvimento Humano.....	98
Figura 17- AUSUL: Dimensão Intermunicipal de Equidade.....	100
Figura 18- AUSUL: Dimensão Intermunicipal de Qualidade Domiciliar.....	102
Figura 19- AUSUL: Mapa Intraurbano de Exclusão/Inclusão Social.	107
Figura 20- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Autonomia de Renda.	110
Figura 21- AUSUL: Distribuição Intraurbana do rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílios.	112
Figura 22- AUSUL: Distribuição Intraurbana da Dimensão de Desenvolvimento Humano.....	114
Figura 23- AUSUL: Distribuição Intraurbana da Dimensão de Equidade.	117
Figura 24- AUSUL: Distribuição Intraurbana da Dimensão de Qualidade Domiciliar.	119
Figura 25- AUSUL: Índice Interurbano de Bem-Estar.	123
Figura 26- AUSUL: Dimensão Interurbana de Mobilidade Urbana.....	124
Figura 27- AUSUL: Dimensão Interurbana de Condições Ambientais Urbanas.....	128
Figura 28- AUSUL: Dimensão Interurbana das Condições Habitacionais Urbanas.	129
Figura 29- AUSUL: Dimensão Interurbana de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos.....	133
Figura 30- AUSUL: Dimensão Interurbana de Infraestrutura Urbana.....	135
Figura 31- AUSUL: Índice Intraurbano de Bem-Estar.	137

Figura 32- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Condições Ambientais Urbanas.....	140
Figura 33- AUSUL: Dimensão Intraurbana das Condições Habitacionais Urbanas.	143
Figura 34- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos.....	146
Figura 35- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Infraestrutura Urbana.....	148
Figura 36- AUSUL: Grandes grupos de ocupação no trabalho principal.	151
Figura 37- Pelotas: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo I, II, III e IV).....	156
Figura 38- Pelotas: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo V e VI).	157
Figura 39- Pelotas: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo VII e VIII).	158
Figura 40- Pelotas: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo IX).....	159
Figura 41- Pelotas: Dimensão de Mobilidade Urbana.	160
Figura 42- Rio Grande: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo I, II, III e IV).....	162
Figura 43- Rio Grande: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupos V e VI).	163
Figura 44- Rio Grande: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupos VII e VIII).	164
Figura 45- Rio Grande: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo IX).....	165
Figura 46- Rio Grande: Dimensão de Mobilidade Urbana.....	166
Figura 47- Arroio do Padre: Distribuição das escolas por tipo de rede e taxa de abandono escolar.....	174
Figura 48- Arroio do Padre: Distribuição das taxas de aprovação e reprovação escolar.....	175
Figura 49- Capão do Leão: Distribuição das escolas por tipo de rede e taxa de abandono escolar.....	176
Figura 50- Capão do Leão: Distribuição das taxas de aprovação e reprovação escolar.....	177
Figura 51- Pelotas: Distribuição das escolas por tipo de rede.....	178
Figura 52- Pelotas: Distribuição das taxas de abandono escolar.....	179
Figura 53- Pelotas: Distribuição das taxas de reprovação escolar.....	180
Figura 54- Pelotas: Distribuição das taxas de aprovação escolar.....	181
Figura 55- Rio Grande: Distribuição das escolas por tipo de rede.	182
Figura 56- Rio Grande: Distribuição das taxas de abandono escolar.	184
Figura 57- Rio Grande: Distribuição das taxas de reprovação escolar.	185
Figura 58- Rio Grande: Distribuição das taxas de aprovação escolar.....	186
Figura 59- São José do Norte: Distribuição das escolas por tipo de rede.....	187
Figura 60- São José do Norte: Distribuição das taxas de abandono escolar.	188
Figura 61- São José do Norte: Distribuição das taxas de reprovação escolar.	189

Figura 62- São José do Norte: Distribuição das taxas de aprovação escolar. 190

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- AUSUL: Informações gerais.....	85
Tabela 2- AUSUL: Dimensão de Autonomia e distribuição dos rendimentos dos responsáveis por domicílios.	97
Tabela 3- AUSUL: Dimensão de Desenvolvimento Humano e seus indicadores e índices parciais.....	99
Tabela 4-AUSUL: Dimensão de Equidade e indicadores constituintes.	100
Tabela 5- AUSUL: Dimensão de Qualidade Domiciliar e seus indicadores constituintes.	102
Tabela 6- Brasil, RS e AUSUL: Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino dos resíduos e existência de energia elétrica em 2010.	103
Tabela 7- RS, AUSUL: Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar do ano de 2010.	111
Tabela 8- RS, AUSUL: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho e valor do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos.	118
Tabela 9: Pelotas: Aglomerados subnormais.	120
Tabela 10: Rio Grande: Aglomerados Subnormais.	121
Tabela 11- AUSUL: Valores e níveis da Dimensão de Mobilidade Urbana.	126
Tabela 12- AUSUL: Veículos de uso particular.	127
Tabela 13- AUSUL: Valores e níveis da dimensão de Condições Ambientais Urbanas.....	129
Tabela 14- AUSUL: Valores e níveis da Dimensão de Condições Habitacionais....	130
Tabela 15: Brasil, RS, AUSUL: Proporção de domicílios vagos e de uso ocasional.	132
Tabela 16- AUSUL: Valores e níveis da Dimensão de Serviços Coletivos.	134
Tabela 17- AUSUL: Valores e níveis da Dimensão de Infraestrutura Urbana.	136
Tabela 18- Brasil, RS, AUSUL: Distribuição dos Grandes Grupos de Ocupação. ..	152
Tabela 19- AUSUL: Local de exercício do trabalho principal das pessoas ocupadas na semana de referência.....	153
Tabela 20- RS, AUSUL: Posição da ocupação no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.	154
Tabela 21- RS, AUSUL: População residente por rede de ensino que frequentavam em 2010.	168
Tabela 22- AUSUL: Pessoas que frequentavam escola ou creche, por local da escola ou creche que frequentavam no ano de 2010.....	168
Tabela 23- AUSUL: Pessoas que frequentavam escola ou creche (pública e privada) no ano de 2010.	169

Tabela 24- RS, AUSUL: Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade e taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Percentual) no ano de 2010.	170
Tabela 25- Rio Grande do Sul: Rendimento escolar no ensino fundamental e médio por localização rural e urbana.	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dimensões e variáveis que foram utilizadas na construção do índice de inclusão/exclusão social para a AUSUL.....	59
Quadro 2- Indicadores utilizados na construção do IBEU.....	66
Quadro 3- Grandes grupos de ocupação no trabalho principal.....	71

LISTA DE SIGLAS

AP – Áreas de Ponderação
AUSUL – Aglomeração Urbana do Sul
CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
EAD – Educação a Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEE – Fundação de Economia e Estatística
FUNDEB – O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDG – Índice de Desigualdade de Gênero
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHAD – Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPIT – Indicador de Potencial de Inovação Territorial
IPM – Índice de Pobreza Multidimensional
IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
OQVSA – Observatório da Qualidade de Vida de Santo André
PBI – Padrão Básico de Inclusão
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
SIG – Sistemas de Informação Geográfica

SUPRG – Superintendência do Porto do Rio Grande

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
OBJETIVOS	21
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
1.1 AS REDES URBANAS, AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E A EXCLUSÃO SOCIAL ..	22
1.1.1 <i>A rede urbana do Rio Grande do Sul</i>	24
1.1.2 <i>Aglomeramentos urbanos e cidades médias do Rio Grande do Sul</i>	25
1.2 A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS	27
1.2.1 <i>Contribuição dos estudos da sociedade e do espaço para a compreensão da desigualdade</i>	28
1.2.2 <i>Desigualdades e diferenças socioespaciais</i>	30
1.2.3 <i>Desigualdade socioespacial e o urbano</i>	33
1.3 AS CONTRADIÇÕES DA DESIGUALDADE ESCOLAR	35
1.3.1 <i>Desigualdades escolares e de oportunidades</i>	36
1.3.2. <i>O perfil ocupacional e as oportunidades a partir do ambiente construído, do contexto e estrutura social</i>	40
1.4 A CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS COMO SUBSÍDIO AO PLANEJAMENTO URBANO	43
1.4.1 <i>Mapas sociais urbanos e os Sistemas de Informações Geográficas</i>	47
1.4.2 <i>O Índice de Exclusão/Inclusão Social</i>	49
1.4.3 <i>O Índice de Bem Estar Urbano</i>	51
CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA AUSUL NO CONTEXTO DA REDE URBANA	57
2.2 A CONSTRUÇÃO DO MAPA DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL	58
2.2.1 <i>Construção da Dimensão Autonomia de Renda</i>	61
2.2.2 <i>Construção da Dimensão de Desenvolvimento Humano</i>	62
2.2.3 <i>Construção da Dimensão Equidade</i>	63
2.2.4 <i>Construção da Dimensão Qualidade Domiciliar</i>	64
2.3 A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO	65
2.3.1 <i>Exclusão da Dimensão de Mobilidade Urbana do cálculo do IBEU Intraurbano</i>	68
2.4 CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS	70
2.5 CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS	72
2.6 ANÁLISE DOS SETORES RURAIS	73
CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL	75
3.1 GÊNESE E CONTEXTO HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS DA AUSUL	75
3.1.1 <i>Rio Grande</i>	75
3.1.2 <i>Pelotas</i>	77
3.1.3 <i>São José do Norte</i>	77
3.1.4 <i>Capão do Leão</i>	79
3.1.5 <i>Arroio do Padre</i>	81
3.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUSUL E A PROPOSIÇÃO DE UMA REGIÃO METROPOLITANA	84
3.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS	85
3.4 DIFERENCIAÇÕES ENTRE OS MUNICÍPIOS	87
CAPÍTULO 4 - O MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL DA AUSUL	91
4.1 O MAPA INTERMUNICIPAL DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL E SUAS DIMENSÕES NA AUSUL.....	94
4.2 O MAPA INTRAURBANO DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA AUSUL	105

4.3 O MAPA INTRAURBANO DA DIMENSÃO DE AUTONOMIA DE RENDA NA AUSUL	108
4.4. O MAPA INTRAURBANO DA DIMENSÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA AUSUL ..	113
4.5 O MAPA INTRAURBANO DA DIMENSÃO DE EQUIDADE NA AUSUL.....	115
4.6 O MAPA INTRAURBANO DA DIMENSÃO DE QUALIDADE DOMICILIAR.....	118
CAPÍTULO 5 - O ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO NA AUSUL.....	122
5.1 A COMPARAÇÃO INTERURBANA DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO NA AUSUL.....	122
5.2 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO NA AUSUL.....	136
5.3 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DA DIMENSÃO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS NA AUSUL.....	139
5.4 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DA DIMENSÃO DE CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS NA AUSUL	142
5.5 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DA DIMENSÃO DE ATENDIMENTO DE SERVIÇOS COLETIVOS.....	144
5.6 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DA DIMENSÃO DE INFRAESTRUTURAS URBANAS.....	147
CAPÍTULO 6 - O PERFIL OCUPACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA AUSUL	150
6.1 GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO NA AUSUL	150
6.2 GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO EM PELOTAS	155
6.3 GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO EM RIO GRANDE	161
CAPÍTULO 7 - ANÁLISE INTRAURBANA DOS RENDIMENTOS ESCOLARES NOS MUNICÍPIOS DA AUSUL.....	167
7.1 O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL NA AUSUL: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO.....	167
7.2 RENDIMENTOS ESCOLARES EM ARROIO DO PADRE	173
7.3 RENDIMENTOS ESCOLARES EM CAPÃO DO LEÃO	175
7.4 RENDIMENTOS ESCOLARES EM PELOTAS.....	177
7.5 RENDIMENTOS ESCOLARES EM RIO GRANDE	182
7.6 RENDIMENTOS ESCOLARES EM SÃO JOSÉ DO NORTE	187
CAPÍTULO 8 - ANÁLISE DAS DIMENSÕES SOCIAIS E URBANAS NA AUSUL	191
8.1 A EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL E O IBEU	191
8.2 A AUTONOMIA DE RENDA, EQUIDADE E CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS	192
8.3 O DESENVOLVIMENTO HUMANO E OS RENDIMENTOS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA	195
8.4 CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS, QUALIDADE DOMICILIAR, CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS, SERVIÇOS COLETIVOS URBANOS E INFRAESTRUTURA URBANA .	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207
APÊNDICES	219
ANEXOS	269

INTRODUÇÃO

O conteúdo social do espaço urbano possui diferenciação e abrange uma série de processos, envolvendo múltiplos agentes e escalas geográficas de atuação e análise. A diferenciação socioespacial pode ser apreendida a partir de duas escalas conceituais: a rede urbana e a escala intraurbana, as quais descrevem reflexos simultâneos e processos distintos, mas complementares entre si (CORRÊA, 2007).

Corrêa (1989) define a rede urbana como um conjunto de centros funcionalmente articulados. A análise destas relações entre centros e os seus respectivos espaços intraurbanos, a partir de características selecionadas da população foi o foco desta pesquisa, que estabeleceu a conexão entre duas áreas da Geografia: a demografia e o espaço urbano. Os estudos sobre as redes urbanas se tornaram importantes principalmente quando ocorreu a aceleração da urbanização e a redefinição da divisão territorial do trabalho, que são processos que geram novas articulações funcionais, mudança nas relações dos arranjos espaciais e hierarquias, e conseqüentemente influenciam também no espaço intraurbano das cidades (CORRÊA, 1989).

Conforme Moreira (2007), a organização em redes torna o espaço fluido para que as trocas sociais e econômicas se desloquem. Por conseguinte, o mundo se torna desigual e integrado simultaneamente. Estas relações cada vez mais fluídas e articuladas entre as cidades levantam o questionamento da influência das hierarquias urbanas e das características destes arranjos espaciais no espaço intraurbano destes centros, que recebem múltiplas influências de agentes sociais locais e globais. Estas ações influenciaram outrora e ainda influenciam nas diferenciações socioespaciais e também na produção e reprodução dos espaços de exclusão social.

Neste contexto, a proposta deste trabalho visou um estudo das características e as relações populacionais entre os centros urbanos, assim como as características dos seus espaços intraurbanos, focando nas características relacionadas ao desenvolvimento social e econômico da população. A pesquisa foi realizada nos municípios pertencentes à Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL).

Este estudo foi elaborado a partir da espacialização dos espaços de exclusão e inclusão social, das condições coletivas do ambiente urbano construído, identificando a distribuição e acesso de equipamentos públicos, assim como a análise das oportunidades que o lugar oferece à população no tocante ao emprego e à educação. Estas oportunidades que foram analisadas se referem ao acesso ao emprego formal, às características ocupacionais da população, e aos rendimentos escolares no espaço intraurbano. Devido à indisponibilidade de dados específicos mais recentes com o grau de detalhamento intraurbano necessário, foi utilizado o ano de 2010 como recorte temporal para esta pesquisa.

A metodologia consistiu na elaboração do Índice de Exclusão/Inclusão Social, na elaboração do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), na caracterização do contexto histórico, funcionalidade, tamanho e hierarquia de cada centro urbano, na caracterização do perfil ocupacional da população, e por fim, na identificação dos estabelecimentos e rendimentos educacionais, para analisar as oportunidades que o lugar na cidade propicia à população, no que concerne à mobilidade social, ocupacional e à educação, com enfoque nas relações entre as cidades e na contribuição dos processos e estruturas atuantes na rede urbana e na escala intraurbana na produção e/ou reprodução de algumas desigualdades socioespaciais.

A partir do que se coloca, surgem dois questionamentos. O primeiro é se a integração entre os municípios que constituem esta aglomeração e as infraestruturas intraurbanas podem influenciar no acesso da população às potencialidades e oportunidades que os mesmos propiciam. O segundo se refere a qual a influência que as características hierárquicas, funcionais e sociais dos centros urbanos exercem em seu espaço intraurbano.

Estudos anteriores como o de Soares, Halal e Godoy (2005) verificaram um maior dinamismo socioespacial das cidades médias, principalmente em função da descentralização do setor industrial e da desconcentração metropolitana, que fortaleceu o papel econômico e social de outras concentrações e cidades, como as aglomerações urbanas não metropolitanas. Estas mudanças influenciam também na morfologia social e econômica interna destas cidades que passam a adquirir problemas em menor escala, mas semelhantes aos das regiões metropolitanas, como o aumento das desigualdades socioespaciais. Além disso, Corrêa (2003) ressalta a importância de estudos que façam esta conexão entre escalas espaciais e conceituais distintas, como as redes urbanas e a escala intraurbana, e Egler (2011)

reitera propondo a inserção de outras questões referentes ao meio ambiente, ao mercado de trabalho, à pobreza, às questões intraurbanas, entre outras nos estudos.

A AUSUL é uma aglomeração urbana não metropolitana com população total de 558.034 habitantes, formada por dois municípios que são cidades médias (Pelotas e Rio Grande) e por três municípios de porte pequeno (Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte). Esta aglomeração possui um histórico de ciclos econômicos e iniciativas de desenvolvimento social e econômico, com tradição portuária, industrial, e mais recentemente, na indústria naval, no município do Rio Grande, e posteriormente em São José do Norte, que merecem ser analisadas não apenas do ponto de vista econômico, mas também sobre a perspectiva de estudos focados no desenvolvimento social e humano na região, para entendermos porque alguns municípios que compõem a AUSUL não se beneficiaram e agregaram valor em seu território, para a sua população.

Por mais que a AUSUL tenha sido beneficiada pela ação de políticas econômicas exógenas, queremos entender porque alguns municípios não agregaram valor ao território e porque ainda possuem baixos índices de desenvolvimento social e autonomia de renda. Essas características são visíveis na limitação de oportunidades e percepção das mesmas, na acessibilidade aos serviços públicos, na concentração de renda e na pobreza que a população de algumas áreas de cada município enfrenta.

Este trabalho está dividido em oito capítulos. O primeiro capítulo trata da fundamentação teórica, abordando as redes urbanas e as desigualdades socioespaciais, algumas características da rede urbana do Rio Grande do Sul, das desigualdades socioespaciais e escolares, das aglomerações urbanas e das cidades médias, dos indicadores sociais e dos mapas sociais urbanos. O segundo capítulo trata da metodologia deste trabalho, das análises que foram feitas e a descrição de como foram construídos os índices e mapas elaborados.

O terceiro capítulo trata da caracterização da AUSUL, apresentando um panorama inicial do perfil dos municípios da aglomeração. O quarto capítulo refere-se aos resultados do Índice de Exclusão/Inclusão Social, o quinto capítulo refere-se aos resultados do IBEU, o sexto capítulo trata da caracterização da estrutura ocupacional dos municípios, o sétimo capítulo aborda os rendimentos escolares intraurbanos, e o oitavo apresenta a análise e a relação de todos os temas

investigados e estudados nesta pesquisa. Por fim, teceremos as considerações finais.

OBJETIVOS

A dissertação tem como objetivo geral estabelecer uma relação entre as concentrações de população urbana em situação de exclusão e inclusão social, para analisar a reprodução das desigualdades no desenvolvimento social da população na AUSUL. Para atingir isto, os seguintes objetivos específicos foram propostos:

- a) Caracterizar os municípios da AUSUL no contexto da sua rede urbana;
- b) Elaborar o Índice de Exclusão/Inclusão Social para os municípios nas escalas intraurbana e interurbana;
- c) Elaborar o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) para os municípios nas escalas intraurbana e interurbana;
- d) Identificar e analisar os dados sobre as ocupações da população;
- e) Mapear e analisar os estabelecimentos de ensino e os rendimentos escolares;
- f) Relacionar exclusão e inclusão social com o IBEU, com a caracterização ocupacional e com os rendimentos escolares.

CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica da dissertação esta dividida em quatro subcapítulos. O primeiro trata das redes urbanas, das desigualdades socioespaciais e exclusão social, faz uma breve descrição da rede urbana do Rio Grande do Sul, das suas aglomerações urbanas e cidades médias. O segundo trata da reprodução das desigualdades socioespaciais. O terceiro faz uma revisão sobre as contradições da desigualdade escolar, introduzindo a questão do sucesso e insucesso escolar, das escolhas profissionais e das oportunidades a partir do ambiente construído, do contexto e estrutura social que o indivíduo se insere, assim como suas chances de mobilidade social. Por fim, o quarto subcapítulo apresenta a contribuição dos indicadores sociais na pesquisa social e como subsídio ao planejamento urbano, abordando os mapas sociais urbanos, os SIGs, o Índice de Bem-Estar Urbano e o Índice de Exclusão/Inclusão Social.

1.1 AS REDES URBANAS, AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E A EXCLUSÃO SOCIAL.

Os estudos das redes urbanas são abordados com frequência através da diferenciação socioespacial das cidades em termos de sua gênese e dinâmica das funções e dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana, relações entre cidade e região, as interações espaciais, a forma da rede urbana, as vias de tráfego que os conectam entre si e com centros externos, as relações com o espaço agrário, entre outros (CORRÊA, 1988, 1989, 2003, 2007).

Já na escala intraurbana, a diferenciação socioespacial se dá com a divisão e articulação econômica e social do espaço, a partir das disputas por áreas valorizadas e rentáveis, infraestrutura, migrações, entre outros (CORRÊA, 2007). Dentre os temas sugeridos por Corrêa (2007) para o estudo do espaço intraurbano, os escolhidos para esta pesquisa se referem à questão da criação de infraestrutura, embates em torno de sua localização e as desigualdades socioespaciais.

A rede é local e global, ou seja, a sobreposição de escalas e agentes é sua característica, onde mercado, poder público e estrutura socioespacial são responsáveis por seu ajustamento, onde no plano do lugar, ganha real significação

(SANTOS, 1997). Todos estes processos, múltiplas influências e práticas de agentes sociais, geram diferenciações entre os centros urbanos (CORRÊA, 1988).

Corrêa (2007) cita as economias de aglomeração, as externalidades diversas, a percepção de oportunidades distintas em razão de distância, as vias de circulação, entre outras, como os fatores que constroem as diferenças socioespaciais e sua instabilidade. Em suma, todos estes fatores e novas configurações espaciais acirram as disputas para a inclusão e o domínio dos lugares e entre os lugares na rede. Além disso, o processo de internacionalização da economia aprofunda as históricas desigualdades econômicas e sociais dificultando as estratégias para tornar a rede urbana e a estrutura interna das áreas metropolitanas e aglomerações urbanas mais equilibradas e equitativas (MOURA; SANTOS, 2011).

Como produto, temos a inclusão e a exclusão destes dentro do arranjo espacial, dependendo dos interesses dos agentes atuantes (MOREIRA, 2007). No que concerne o presente trabalho, o foco são as desigualdades socioespaciais no que tange a inclusão e exclusão da população, assim como as oportunidades que lhe são oferecidas em termos de acesso ao emprego, educação e infraestrutura urbana, que aumentam as condições de mobilidade social.

Os locais desvalorizados pelo mercado e com a mínima atuação do poder público, seja com políticas de habitação ou infraestrutura, podem tornar-se locais de concentração de população em situação de pobreza e/ou excluídos socialmente da cidade. Locais vulneráveis, são caracterizados por menor infraestrutura e oportunidades de trabalho, que colocam esta população no ciclo vicioso da imobilidade social, contribuindo para a reprodução das desigualdades socioespaciais (PENNA; FERREIRA, 2014).

Por isso, as estruturas de oportunidades devem ser oferecidas pelo Estado, que deve prover os territórios de infraestrutura urbana e viária e políticas sociais que visem à mobilidade social e o desenvolvimento local. Sem isso, os espaços de vulnerabilidade social continuarão se reproduzindo, assim como as desigualdades aumentarão, devido à dificuldade de inserção de parte da população que é excluída do acesso às estruturas de oportunidade de emprego, do capital físico e humano (PENNA; FERREIRA, 2014). Rolnik (2002) afirma que a exclusão pode ser desconstruída a partir de estratégias da distribuição dos investimentos, regulação urbanística e gestão urbana. Para Egler (2011), do ponto de vista do planejamento, a maior coesão social e econômica, traria menor desigualdade socioeconômica,

tornando a articulação e integração necessária para o provimento de políticas públicas e diretrizes que tenham como objetivo o desenvolvimento urbano e regional equilibrado.

A exclusão é vista no âmbito do lugar, mas no decorrer deste processo, que se inicia nas desigualdades socioespaciais, atuaram simultaneamente múltiplas escalas, processos e contextos históricos que devem ter espaço na reflexão acerca do assunto. É necessário o empoderamento destas populações a partir de condições que auxiliem na sua mobilidade social (PENNA; FERREIRA, 2014).

Nesse sentido, Demo (2002) ressalta a importância do emprego e fontes de renda para elevar os padrões de inclusão e a mobilidade social, para enfrentar a expansão da exclusão social, que é ocasionada pela lógica do sistema capitalista, que promove esta desigualdade social como forma de manutenção. Em suma, eles estão incluídos na lógica do sistema capitalista que gera e reproduz a desigualdade, mas estão excluídos de obter as mesmas oportunidades e direitos que os demais. É nesse ponto que, a promoção da educação também é de suma importância no enfrentamento destas desigualdades e para a elevação dos padrões de inclusão social.

1.1.1 A rede urbana do Rio Grande do Sul

O estudo Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2007 (IBGE, 2008) definiu a rede urbana brasileira e classificou os centros urbanos e suas áreas de atuação através de critérios específicos como centralidade administrativa, jurídica e econômica, atividades diversas e fluxos de transporte e comunicação. Este estudo também definiu as ligações entre centros e suas articulações no território. A partir disso, as cidades brasileiras foram classificadas em cinco grandes níveis: Metrôpoles (divide-se em Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional e Metrôpole), Capital Regional (divide-se em A, B e C), Centro Sub-regional (divide-se em A e B), Centro de Zona (divide-se em A e B) e Centro Local.

Dentre todas as cidades que compõem a rede urbana gaúcha podemos destacar como principais a Metrôpole Porto Alegre e as cidades que compõem sua região metropolitana, a Capital Regional B Caxias do Sul e sua Região Metropolitana da Serra Gaúcha, as cidades que compõem a Aglomeração Urbana do Litoral Norte, com destaque para Capão da Canoa, Tramandaí, Torres e Osório, e a Aglomeração

Urbana do Sul, polarizada pelas Capitais Regionais C de Pelotas e Rio Grande. As cidades médias de Passo Fundo e Santa Maria foram classificadas como Capitais Regionais B, e Santa Cruz do Sul como Centro Sub-regional A (IBGE, 2008).

As aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas concentram mais da metade da população do Rio Grande do Sul. E além das cidades que fazem parte das duas regiões metropolitanas e das duas aglomerações urbanas legalmente instituídas no Rio Grande do Sul, destacamos o papel e a emergência das cidades médias no território como as cidades de Santa Maria, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul. Apesar de não constituírem aglomerações urbanas, elas exercem polarização sobre seus centros de entorno, e algumas delas têm seu crescimento vinculado ao processo de desconcentração metropolitana, além de exercerem um importante papel na articulação da rede urbana do estado (SOARES, 2011).

1.1.2 Aglomerações urbanas e cidades médias do Rio Grande do Sul

A emergência e o dinamismo das aglomerações formadas por cidades médias que passaram a desempenhar atividades industriais foi um processo desencadeado nas últimas décadas. Este ocasionou mudanças territoriais causadas pelos novos processos de produção, pelas mudanças na economia e pelo regime de acumulação flexível, que reestruturaram o espaço de acordo com as suas demandas e estratégias aumentando a complexidade e produzindo novas hierarquias na rede urbana, e conseqüentemente demandando novos estudos para a sua compreensão (SOARES, 2011).

Sobarzo (2011) e Sposito (2006, 2013) afirmam que nem todas as cidades de porte médio são consideradas cidades médias. Deve-se analisar os papéis que estas cidades desenvolvem na rede urbana, a sua influência regional ou de intermediação, além das relações nacionais e internacionais. Ou seja, a compreensão das verticalidades e horizontalidades que atuam simultaneamente na cidade, independentemente do seu porte (SANTOS; SILVEIRA, 2001; SOBARZO, 2011). As horizontalidades seriam as relações que a cidade tem com o seu entorno próximo e com sua área de influência regional. Já as verticalidades são os fluxos externos produzidos a longa distância, mas que influenciam na dinâmica local da cidade conectando-a ao âmbito global (SOBARZO, 2011).

No Rio Grande do Sul, até a década de 1960, o processo de urbanização foi simultâneo e equilibrado, pois ao mesmo tempo em que Porto Alegre e o seu entorno consolidava uma grande concentração de população, as cidades mais industrializadas também evidenciaram um expressivo crescimento em detrimento das cidades com base econômica agropastoril (SOARES, 2011). Na década de 1970 ocorreu um desequilíbrio desta rede urbana, uma vez que a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) obteve um intenso crescimento demográfico, concentrando população no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul. Ainda assim, na última década a indústria brasileira cresceu nas cidades médias, uma vez que as metrópoles se voltaram ao setor terciário, conferindo importância destes núcleos na atração de população (SOARES; HALAL; GODOY, 2005).

Rio Grande e Pelotas são os principais centros urbanos do Sul do estado, mesmo com a perda do seu dinamismo industrial, comparado com a RMPA e a diminuição da taxa de crescimento populacional, comparado com as outras aglomerações do estado (MOURA; SANTOS, 2011).

Braga (2005) afirma que as cidades de porte médio do estado de São Paulo apresentaram taxas de crescimento demográfico maiores do que a sua principal Região Metropolitana. E da mesma maneira que no Rio Grande do Sul, o processo de desconcentração industrial foi um dos fatores que fomentaram o crescimento de algumas cidades médias de 1980 e 1990, uma vez que o espraiamento industrial se deu de maneira concentrada, em algumas regiões dinâmicas e não em todo território. Pode-se dizer que muitas cidades de porte médio obtiveram certa influência das ações históricas do Estado que incentivou a desconcentração da indústria e proporcionou a participação destes núcleos no desenvolvimento urbano nacional (MATOS, 2000). Ao mesmo tempo em que muitos territórios já apresentavam dinamismo próprio, infraestruturas e recursos previamente instalados que atraíram investimentos para si. Estes processos consequentemente contribuíram na formação de algumas das aglomerações urbanas de nível submetropolitano.

Matos (2000) afirma que não há consenso sobre o tamanho mínimo ou máximo destes espaços e que o conceito de aglomerações urbanas adotado pelo IBGE tenta contornar esta imprecisão, classificando estes espaços em nível submetropolitano, constituídos por mais de um município e que apresentam características incipientes de conurbação e metropolização.

Atenta-se também para a ocorrência de municípios externos às regiões metropolitanas que apresentam maior integração ou características relacionadas à dinâmica metropolitana do que centros urbanos que fazem parte das regiões metropolitanas instituídas, conferindo a algumas cidades médias influência tanto metropolitana quanto regional. Daí a importância de analisar tanto as aglomerações instituídas quanto o papel de cada município e sua hierarquia na rede urbana.

Juntamente com a consolidação destas cidades médias e a atração de população em busca de emprego para estes núcleos, começaram a surgir também problemas semelhantes aos das metrópoles (SOARES; HALAL; GODOY, 2005). Braga (2005) alerta que estas aglomerações podem demandar abordagens regionalizadas dos problemas colocando em evidência o desafio de se gerir um espaço em um contexto não metropolitano.

Soares (2015) enfatiza que a integração não se dá apenas pela legislação que institui as aglomerações urbanas e regiões metropolitanas, e sim pela articulação dos agentes políticos, econômicos e sociais dos municípios. No entanto observa-se que muitos espaços metropolitanos que possuem possibilidades e ferramentas legais de integração ainda não apresentam cooperação entre os seus agentes.

1.2 A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Espaço e sociedade se realizam um no outro e através do outro. O espaço então é compreendido como o lugar do processo e movimento, da contínua produção e reprodução social, portanto, inacabado (CARLOS, 2007). O espaço também não é vazio e homogêneo, ele traz consigo qualidades e simbolismos (FOUCAULT, 2013). Para Méo e Buléon (2007), a apreensão do espaço social dá a noção de que nossas representações do e no espaço são também sociais, espaço produzido pela sociedade, efetivado nas relações sociais e de posições, das divisões e estratificações.

Para Carlos (2007), espaço e tempo são construídos a partir da ação humana, sendo indissociáveis, onde espaço aparece como condição, meio e produto da reprodução social, através das práticas socioespaciais. Essas práticas sociais são os atos espacializados, os deslocamentos e todas as ações do indivíduo em seu meio, construindo identidades e territorialidades. Neste contexto, fatores sociais,

econômicos e políticos influenciam diretamente sobre diversas práticas e na forma e conteúdo do espaço produzido (MÉO; BULÉON, 2007), principalmente no que se refere à distribuição desigual do capital, característica do modo de produção vigente e da gênese estrutural brasileira, do acesso às oportunidades e às condições básicas de vida da sociedade como um todo.

Para Maricato (1996), o processo de urbanização brasileira reflete uma exclusão que é estrutural marcada pelo "desenvolvimento moderno do atraso", de forma acelerada e concentrada. Desde os primórdios da ocupação brasileira, elites utilizaram o poder e mazelas políticas para manter e ampliar seu capital, o que resultou nas desigualdades estruturais que se agravam cada vez mais e podem ser evidenciadas com nitidez a partir dos anos 1980. Este desenvolvimento urbano desigual reproduziu o panorama de pobreza e exclusão da maioria da população.

Assim, este subcapítulo propõe uma reflexão acerca da desigualdade socioespacial, das estruturas de classes sociais e da sua reprodução no espaço social e urbano, apresentando algumas concepções de espaço social na primeira parte, uma discussão sobre as desigualdades e diferenças socioespaciais na segunda parte, e uma discussão sobre as estratégias de classes que mantêm, regulam e reproduzem as desigualdades socioespaciais na última parte.

1.2.1 Contribuição dos estudos da sociedade e do espaço para a compreensão da desigualdade

Existem diversas e importantes concepções de espaço social e propostas de estudos para sua compreensão. Dentre essas contribuições citamos a de Harvey (1980), que acredita que para entendermos o espaço social e os estudos da cidade, devemos relacioná-los aos processos e atividades sociais, através da estrutura conceitual que une imaginação sociológica e geográfica. Isso porque forma espacial e o processo social são intrínsecos.

Santos (1997) propôs que o espaço deve ser analisado a partir das categorias de forma, função, estrutura e processo, considerando suas relações dialéticas entre espaço e sociedade. Carlos (2007) acredita que o espaço deve ser entendido a partir da tríade condição – meio – produto da produção e reprodução da sociedade considerando seu movimento e processos.

Para a sociedade capitalista, o espaço é um instrumento de acumulação e poder. O arranjo espacial surge de um processo de produção-distribuição, ao mesmo tempo em que é fruto do controle exercido sobre as relações existentes entre as classes. Ele também reproduz essas relações de classes em sua formação econômico-social, reiterando desigualdades (MOREIRA, 1982).

Bourdieu (1989, 2013) compreende o espaço social como um espaço multidimensional, abstrato constituído por subespaços ou campos com distribuição desigual de um determinado capital (capital econômico, cultural e social). Os agentes ou os grupos estão distribuídos de acordo com sua posição que é determinada a partir da diferenciação do volume e estrutura de cada tipo de capital. Dessa forma, o espaço apresenta exclusão/inclusão e distinção das posições que o constituem. Assim, as diferenças sociais são expressas pela capacidade dos agentes em se apropriar ou não dos espaços e das posições mais valorizadas, fazendo-se uso principalmente de estratégias que se utilizam de capital simbólico para distinguir e manter posições, classes e lugares. Sua capacidade de obter capital e manter suas posições dependerão do conjunto das estruturas objetivas e subjetivas.

O lugar no espaço social exprime as estruturas sociais, que são convertidas em estruturas espaciais de múltiplas escalas, que organizam e qualificam socialmente os lugares no espaço e os indivíduos que serão incluídos ou excluídos dos lugares e das posições mais valorizadas.

Apesar de ressaltar a importância e contribuição da teoria marxista de classes nos estudos acerca do espaço social, Bourdieu (1989), que dialoga com Marx ao utilizar o conceito de classe social, fez uma crítica a essa teoria afirmando que as oposições que constituem a estrutura social não se reduzem apenas entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho.

As insuficiências da teoria marxista das classes e, sobretudo, a sua incapacidade de explicar o conjunto das diferenças objetivamente provadas, resultam de que, ao reduzir o mundo social unicamente ao campo econômico, ela se vê obrigada a definir a posição social em referência unicamente à posição nas relações de produção econômica, ignorando com isso as posições ocupadas nos diferentes campos e subcampos –, sobretudo nas relações de produção cultural – da mesma forma que todas as oposições que estruturam o campo social e que são irreduzíveis oposições entre proprietários e não proprietários dos meios de produção econômica (BOURDIEU, 1989, p.152-153).

No entanto, ainda que existam outros campos, como os propostos por Bourdieu, o autor pondera que a produção econômica e o capital econômico tende a impor sua estrutura aos outros campos no espaço social, influenciando também no volume e estrutura dos demais tipos de capitais nos campos e no modo de acesso aos bens materiais e imateriais (BOURDIEU, 1989).

1.2.2 Desigualdades e diferenças socioespaciais

Para Haesbaert "o desigual ou, em outras palavras, a diferença de grau, exige sempre a referência a uma escala de valores padrão frente à qual os processos são comparados, medidos ou mesmo hierarquizados, pois em toda medida entra um elemento de convenção" (1999, p. 24). Para este autor, as desigualdades remetem às diferenças de grau, em distintas escalas, como faixas de renda, por exemplo. Ele enfatiza que as diferenças de ordem cultural devem ser levadas em consideração, dentro do contexto de produção de singularidades, do específico, que também pode envolver outras escalas (HAESBAERT, 1999).

Conforme mencionamos anteriormente, na concepção de Corrêa (2007), a diferenciação socioespacial pode ser observada tanto na escala da rede urbana como na escala intraurbana, sendo o produto das diferentes formas, interações, práticas espaciais e períodos distintos que atuaram sobre o espaço social. A diferenciação socioespacial é característica das cidades desde a sua gênese e, portanto, característica da urbanização. As diferenças de funcionalidade ou papéis entre as cidades, o tamanho demográfico, a cultura e outras características marcam as diferenças entre centros urbanos e estabelecem diferentes redes e sistemas urbanos. Estas características apresentam-se estruturadas e articuladas a partir de diferentes escalas geográficas (SPOSITO, 2013). Ao se referir às diferenças, Sposito (2002) entende que estas não necessariamente sejam negativas. Para esta autora, as diferenças pressupõem a possibilidade da diversidade, já as desigualdades, pressupõem a comparação e identificação de disparidades.

Carlos (2007) afirma que a noção de desenvolvimento desigual como explicação das diferenciações socioespaciais nos esclarece a existência de uma sociedade de classe que diferencia os seus membros com base no lugar que ocupam no espaço, na produção e na distribuição da riqueza gerada e nas formas de acesso e uso dos espaços. Para esta autora, a diferenciação espacial é produto

da desigualdade e ao mesmo tempo condição da realização do capitalismo, revelando uma lógica (estratégias de classe) e um conflito. Ou seja, na perspectiva de Carlos, "a desigualdade vivida pode produzir a diferença como negatividade" (2007, p.48). Assim, a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida definem a permanência nas mesmas condições precárias de uma parcela da população e perpetuam desigualdades ao impossibilitar que essa parcela se aproprie de condições adequadas de vida e ascensão social (RODRIGUES, 2007).

Sposito afirma que a diferenciação socioespacial tem sido cada vez mais lida como desigualdade socioespacial e enfatiza que existe uma confusão entre desigualdade e diferença ao afirmar que,

[...] a ampliação dos espaços sob domínio do modo capitalista de produção, articulados em escala internacional, que nunca chega a ser completamente mundial, no sentido de incluir todos os espaços e todas as pessoas, enseja e exige a comparação entre realidades socioespaciais que, historicamente, distinguem-se e são, em suas essências, diferentes entre si, uma vez que resultam de processos diversos. O movimento que se desenvolve, desde o início da Modernidade, é o da constituição de uma sociedade, a ocidental, e não o de valorização de diferentes sociedades, historicamente construídas, com seus valores, suas práticas, suas formas de viver e produzir o espaço. A opção pela constituição da sociedade ocidental e os esforços políticos e ideológicos para a imposição de seus valores sobre todos os outros têm propiciado, cada vez mais, em termos espaciais e temporais, elementos e condições para se cotejar e, ao comparar, impuser os padrões de uns aos outros, da escala internacional à escala intraurbana (2013, p. 128).

Sposito (2002) afirma que o mercado impõe uma homogeneização de valores e interesses de consumo, no intuito de transformar territórios em espaços globalizados, e que este movimento é que tem equivocadamente, transformado as diferenças em desigualdades. Por outro lado, Haesbaert (1999), interpreta a diferenciação espacial como recurso útil ao modo capitalista de produção, uma vez que essa diferenciação pode ser utilizada a favor da economia de mercado, na medida em que o discurso da diversidade aumenta o consumo, atrelado aos nichos de mercado a partir da criação ou reforço de hábitos locais ou regionais.

Sposito critica a tese de que "haveria um único caminho ou forma de organização social e econômica tomados como padrão ou referência, a partir do qual se reconheceriam as desigualdades (2002, p.150)". Concordamos neste ponto com a autora, pois de fato, não existe um único caminho ou forma de organização social, e a diferença não necessariamente expressará uma condição negativa e nem

sempre estará diretamente ligada à desigualdade. Isso poderá ser observado ao longo deste trabalho, quando confrontarmos o perfil do município de Arroio do Padre com o município de São José do Norte, por exemplo.

Foram utilizados padrões e convenções de referência para analisar as desigualdades tratadas nesta pesquisa, que aborda as condições materiais urbanas, no que tange ao saneamento básico, condições salariais e rendimentos que garantam a subsistência, o acesso à educação (e a permanência do jovem na escola) e condições dignas de vida. Neste caso, acreditamos que podemos abordar o contexto das desigualdades, quando analisamos a precariedade habitacional, salarial ou educacional que parcela da população vive, sem direito de escolha de permanecer nas mesmas condições, sem autonomia, e por isso trazendo consigo um ciclo de imobilidade social. Nesse ponto, ao tratar da questão educacional, Sposito (2002) afirma que é necessário ter utopias e metas em busca de equidade, que vão além da busca por igualdade, respeitando assim as diferenças inerentes ao ser humano e ao seu contexto de vida.

A noção de equidade apresenta-se em contraposição, ou como superação do ideal de igualdade. Quanto mais complexas se tornam as sociedades, quanto maior o número de pessoas cujos interesses coletivos têm que ser administrados por um poder (municipal, estadual, federal ou supranacional), maiores são as desigualdades e menores as possibilidades de superá-las, sem que as diferenças sejam desrespeitadas. Assim, é preciso que, no mundo contemporâneo, a ideia de igualdade seja substituída pela de equidade e essa, compreendida como um princípio de justiça que preza o que é devido a cada um, independentemente das leis ou do que seja assegurado pelo Direito. Trata-se, portanto, de se praticar desigualdades justas, necessárias socialmente para corrigir outras desigualdades (SPOSITO, 2002, p. 155).

Com base no que foi exposto, vimos que existem dois discursos acerca do tema tratado neste tópico, um que trata das desigualdades econômicas e a estratificação em classes sociais, e outro discurso que valoriza a construção social da diversidade, as representações das diferenças e a dimensão cultural (Gibson 1998 apud HAESBAERT, 1999, p. 23). Ambos os discursos com o mesmo peso de importância. Sem desvalorizar ou desconsiderar que existam particularidades, produto de uma construção sociocultural com especificidades em cada município, esta pesquisa foca com maior ênfase no discurso das desigualdades econômicas, das diferenças de renda e equipamentos públicos, e da estratificação em classes sociais.

1.2.3 Desigualdade socioespacial e o urbano

Rodrigues (2007) afirma que a desigualdade socioespacial e as formas de segregação, resultados de um processo de urbanização capitalista, podem ser identificadas na situação precária de trabalhadores, moradores de rua, moradores de áreas segregadas ou ocupações irregulares, locais desvalorizados pelo mercado e esquecidos pelo Estado em termos de infraestrutura e equipamentos públicos, entre outros. Estes exemplos citados são o produto do sucesso do modo de produção capitalista, e no bojo desse processo, emergem os conflitos sociais na tentativa da população de reverter este quadro de injustiça e exclusão e reivindicar os seus direitos. É neste contexto que "as lutas simbólicas têm em vista conservar ou transformar as estruturas, e por isso nunca são completamente independentes da posição no jogo" (BOURDIEU, 1989, p.150).

Bourdieu (1989) afirma que a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social, composta pelo lado objetivo e o subjetivo. O lado objetivo se refere ao acesso aos bens materiais; e o subjetivo às relações de forças simbólicas. O capital simbólico, também chamado de distinção, é a diferenciação de qualquer tipo de capital quando percebido, reconhecido e legitimado pelos agentes. Com as estratégias do capital simbólico, "os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo" (BOURDIEU, 1989, p. 146).

As categorias de percepção do mundo social são produto da incorporação das estruturas objetivas. A consequência é que leva os agentes a aceitarem o mundo social como ele é, como se fosse natural, aceitação tácita da posição, "isso funciona como uma espécie de instinto de conservação socialmente constituído (BOURDIEU, 1989, p. 141)".

As estruturas objetivas se referem às condições de acessibilidade, como as condições econômicas e locacionais que proporcionam ou não o acesso aos bens culturais, sociais e econômicos, infraestrutura, lugares de convívio, lazer, entre outros. Em suma, elementos que enriquecem as relações cotidianas e aumentam o capital cultural, social, econômico e/ou simbólico (BOURDIEU, 1989).

Rodrigues (2007) afirma que a presença e a aparente ausência do Estado capitalista no urbano aprofundam ainda mais as contradições do modo de produção. A presença do Estado capitalista no urbano se refere à definição do salário mínimo,

às normas jurídicas, implantação de infraestrutura e equipamentos públicos, moradia, saneamento, estabelecimentos de ensino, etc. A aparente ausência do Estado se dá quando este define baixos salários para os trabalhadores, não distribui igualitariamente equipamentos públicos e não dispõe a população integralmente de condições básicas de vida, seguindo uma lógica. A contraditória presença e aparente ausência do Estado no Urbano traz à tona que o discurso do planejamento e dos gestores sobre a atenuação de desigualdades e acesso aos bens materiais pode ser insuficiente. Dito isso, nos portamos à situação de que o mercado, o capital privado, enfim os atores privados hegemônicos podem não ser os únicos atores que contribuem diretamente na regulação das desigualdades, uma vez que o Estado ao não interceder contra essas problemáticas, ou apenas estancar com medidas superficiais sem combater os fatores que causam os problemas, acaba por manter o ciclo de reprodução dessa situação, perpetuando as desigualdades.

A quem (que classes) beneficiam os planos? Consolidam desigualdades ou contribuem para atenuá-las? É possível obter planos consensuais, políticas que visem ao interesse geral ou serão os planos e políticas necessariamente distorcidos no sentido de favorecer algumas classes em detrimento de outras? (CINTRA, 1974 apud CARVALHO, 2009, p. 26).

Respondendo o questionamento de Carvalho (2009), citamos novamente Bourdieu (1989), agora focando na influência do capital econômico e social dos agentes que se utilizam de estratégias políticas para manter sua posição de classe no espaço social. Dito isto, surge outro questionamento: Como reverter um panorama desigual em uma sociedade que, para sobreviver e se manter em sua posição privilegiada, se alimenta exatamente da diferenciação de classes e que, inclusive pode fazer essa manutenção influenciando direta ou indiretamente nas estratégias políticas do Estado?

As oportunidades oferecidas às pessoas em termos de acesso ao emprego e à educação aumentam a mobilidade social e devem ser estimuladas pelo Estado. A questão da moradia, da distribuição de infraestruturas urbanas e saneamento também são pautas extremamente importantes na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, se torna um desafio prover a população como um todo, uma vez que a formação do espaço social sempre se configurou dessa forma e o capital e os atores hegemônicos cada vez mais exercem influência no espaço urbano e nas políticas públicas. Mas acreditamos que, com gestões mais

democráticas e participativas, realmente direcionadas à reversão deste panorama, possamos atenuar e reverter este processo.

A discussão sobre os possíveis meios de regulação do sistema de desigualdade que nos rodeia também é de extrema importância. É preciso compreender as estratégias que mantêm a distribuição desigual de recursos econômicos, sociais, culturais, simbólicos e materiais para a regulação do espaço e da maioria da população, que limitam suas possibilidades de ascensão nos mais diferentes campos. Bourdieu e outros teóricos já haviam alertado que para propor transformações e mudanças nas estruturas postas, é necessário compreender como a estrutura se sustenta e de que forma funciona, mostrando os desafios e os limites, para então tentarmos enxergar as possibilidades para reverter o panorama.

1.3 AS CONTRADIÇÕES DA DESIGUALDADE ESCOLAR

Sabe-se que a distribuição do que é produzido e as oportunidades disponíveis e oferecidas são desiguais no espaço para a sociedade. Existe um mecanismo de regulação para que essas características se mantenham como foi abordado no capítulo anterior. Para Moreira (1982, 2009), a ordem espacial burguesa impõe suas regras expressas na contradição entre centralidade e alteridade. A partir de um processo de produção e distribuição desigual, surge um arranjo espacial, resultado do controle exercido sobre as relações existentes entre as classes.

Assim, o capitalismo inventou a repetição mecânica, e a colocou no centro da organização da sociedade moderna, de modo a administrar a contradição do eterno retorno da diferença. Na verdade, reinventou-a, para dar-lhe um novo molde, o molde do controle social. A transposição para o social fez-se na forma das instituições. As regras do trabalho, a frequência da escola, o recebimento do salário, os ciclos do descanso e do lazer são, portanto, repetições institucionalizadas (MOREIRA, 2009 p. 151).

Ou seja, para Carlos (2007) e Rodrigues (2007), esta forma de diferença é condição e produto do modo de produção que se perpetua com base em estratégias de classe que se apropriam de forma desigual do que é produzido, fazendo com que uma grande parcela da população não tenha as mesmas oportunidades de ascensão social e condições adequadas de vida. E as contradições deste ciclo de repetição podem ser visualizadas ao notarmos as desigualdades do acesso ao

ensino, das estruturas escolares que reproduzem este sistema de forma silenciosa e aparentemente neutra.

A partir disso, este subcapítulo, que está dividido em duas partes, tem o objetivo de apresentar e discutir as contradições encontradas no sistema escolar, fundado em uma lógica onde se perpetuam desigualdades aparentemente invisíveis, e na questão das relações dos rendimentos escolares, contextos sociais, perfis ocupacionais e estrutura do mercado de trabalho, que de certa forma, pode reproduzir o mesmo padrão de hierarquia social, como reflexo e condição herdada, perpetuando a mesma ordem por gerações.

1.3.1 Desigualdades escolares e de oportunidades

A escola adota uma posição de neutralidade e aparente igualdade nas relações, no entanto se analisarmos com cuidado, podemos enxergar as diversas contradições neste discurso. Ao se analisar a estrutura escolar, devemos ter a compreensão de que ela não é um fator isolado em si, ela depende de diversos fatores externos e das características da nossa sociedade, que é dividida em classes (ALGEBAILLE, 2009). A educação, em certo ponto, reproduz a hierarquia social e o faz de maneira silenciosa (HIDALGO, 2014). O discurso dominante é de que existem os "mal sucedidos" no contexto escolar e incapacitados à aprendizagem, e os "bem sucedidos" e dotados de dons naturais, como se a escola e a sua estrutura, assim como as condições de vida, contexto social e acesso aos serviços públicos e oportunidades também não fossem decisivos nos resultados de sucesso e insucesso escolar (VIAL, 1972 apud HIDALGO, 2014, p.194).

A escola não é igualitária, pelo contrário, ela pode intensificar a desigualdade favorecendo os possuidores de "herança cultural", reforçando e reproduzindo a estrutura de classes (NIDELCOFF, 1980). Os resultados escolares são afetados pelos capitais culturais e sociais que se baseiam nas relações familiares e também no capital econômico, no sentido de que este proporciona a inserção do aluno em outros ambientes, como viagens, museus, cursinhos, etc. (HIDALGO, 2014; BOURDIEU, 1989).

O esforço do indivíduo que não faz parte das classes mais elevadas de renda não é levado em consideração, e os seus talentos não são estimulados devido à falta de oportunidades. No entanto, o discurso hegemônico responsabiliza o sujeito

pelo seu fracasso, quando este não teve sucesso em seu período estudantil, sem levar em consideração fatores materiais e imateriais que podem ter dificultado o seu desenvolvimento. E a mesma ordem social continua a se reproduzir. Para Bonnewitz (2003), essa é uma das formas que os agentes se mobilizam para a conservação ou apropriação do capital. Ignora-se a contribuição que o sistema de ensino tem sobre a reprodução da estrutura social e a transmissão hereditária de capital cultural. O capital cultural é importante, pois influencia no rendimento escolar do aluno, enquanto que o rendimento econômico e social do certificado dependerá do capital social, também herdado (NOGUEIRA; CATANI, 1998 apud HIDALGO, 2014, p.196).

Mas estes resultados são também influenciados pelo lugar e entorno da escola e pelos espaços do cotidiano do aluno. Essa relação pode ser vista no estudo de Ribeiro e Koslinski (2010). Os autores apontaram que escolas situadas em locais de vulnerabilidade social, com menor renda e menor infraestrutura, além da tendência ao clima educativo mais baixo, apresentaram menor proficiência. Isso significa que a organização do território pode contribuir com as chances de escolarização. É uma problemática extremamente complexa de se resolver exclusivamente na instituição escola, uma vez que o baixo índice escolar pode resultar de vários fatores de contexto social e não por "menor capacidade". Esses baixos índices em proficiência podem ser provenientes de má alimentação, condições de saneamento precárias, dificuldade de acesso ao tratamento de patologias, sem contar a exposição à violência, crimes e naturalização do narcotráfico como única forma de melhorar as condições de vida. Como muitas crianças estão expostas desde cedo. São fatores e problemáticas que alunos cujas condições familiares são mais altas, dificilmente estarão expostos, justificando a maior proficiência destes.

Cazelli (2010) atenta também para a importância da distribuição dos equipamentos culturais, que geralmente estão dispostos nas áreas centrais e valorizadas, limitando o acesso dos moradores de áreas afastadas da cidade, e que não dispõem de áreas de cultura, sociabilidade e lazer nas suas proximidades. Essa distribuição desigual dos equipamentos culturais é um exemplo da hierarquização das oportunidades educacionais e culturais no território. Isso ocorre porque os alunos de escolas públicas, com famílias com menor poder aquisitivo, acabam por adquirir mais acesso aos bens culturais como museus, somente através da escola, uma vez que esta tem mais recursos para este deslocamento.

A distribuição por status socioeconômico ou por classes influencia na demanda de serviços urbanos. A vulnerabilidade em áreas segregadas e a dispersão urbana aumentam a demanda, tornando a distribuição de infraestruturas e serviços deficitária, ocasionando também problemas de mobilidade para os moradores e acesso aos bens e oportunidades de forma diferenciada. Nesse sentido, Wilson (2008, p. 283) afirma que "a segregação modela a demanda de política pública". Luco e Engel (2008) afirmam que é necessário mitigar os efeitos do processo de segregação residencial para que possamos melhorar os rendimentos educacionais e nos aproximarmos de um ideal de igualdade de oportunidades. Para este autor, mesmo com aumentos graduais nas verbas destinadas para cada aluno de escola pública, com melhorias da infraestrutura e capacitação dos professores, é necessário compreender que essas medidas não contemplam as externalidades que ocasionam as desigualdades educacionais, a fim de reduzir a concentração de renda no futuro. As externalidades que devem ser combatidas referem-se à segregação espacial e aos contextos sociais e econômicos desiguais em oportunidades de ascensão escolar e profissional.

Quando observamos os melhores rendimentos nas escolas particulares, por exemplo, na realidade estamos tratando de um sistema que seleciona os seus alunos, excluindo os jovens com algum tipo de deficiência de aprendizagem decorrente do seu contexto social. Mas ainda assim, contextos escolares favoráveis são imprescindíveis para reverter estes padrões, e a escola não deve ser mais uma ferramenta de seleção social (BOURDIEU, 2002 apud LUCO; ENGEL, 2008, p. 319).

Outra questão que colocamos como desafio na reversão do quadro de desigualdades escolares é o abandono escolar. Em trabalho realizado na cidade do Rio de Janeiro, Salata e Sant'anna (2010) concluíram que as chances de abandono escolar em detrimento do mercado de trabalho aumentam entre jovens que residem em favelas, em moradias precárias e distantes das áreas centrais. Isso pode se dar por diversos fatores, dentre eles: a distância da escola e custos com transportes; a necessidade de abandono para complementar a renda da família; o pouco incentivo e motivação de que a escolarização vai proporcionar a mobilidade social, pois de fato, o panorama atual nos mostra que ela nem sempre vai proporcionar essa mobilidade, já que a ascensão dependerá de diversos fatores externos, uma vez que as classes que se privilegiam da desigualdade não querem a ascensão das classes populares. As classes privilegiadas que se beneficiam da desigualdade para manter

sua posição e capital querem reserva de mão de obra barata, alienação aliada a pouca escolaridade e que não se reivindique direitos.

Retomando o discurso de Rodrigues (2007) sobre a contraditória presença e aparente ausência do Estado no urbano, citamos um exemplo disso no contexto público escolar, retratado por Algebaile (2009). No que se refere às escolas públicas em áreas de vulnerabilidade social e com carência em serviços públicos em geral, ocorrem desvios de função para a escola, quando o Estado, ausente no território, repassa as suas funções de combate à vulnerabilidade social para competência da escola, que passa a assumir gradualmente um papel na gestão da pobreza, tornando-se um posto avançado de inúmeras ações e, muitas vezes, limitando em recursos e qualificação, a função primordial dela, que é educar e proporcionar ensino de qualidade (ALGEBAILLE, 2009). No entanto, esta "solução" do Estado atende apenas o que é de jurisdição da escola e não o restante da comunidade que não é escolar, dando a "aparente impressão de presença" do Estado no combate efetivo da pobreza apenas para evitar os conflitos. Mas na verdade, há uma real ausência do Estado no combate à pobreza e uma aparente ausência, no sentido de que ele está presente, mas é conivente com a situação por não solucionar o problema efetivamente. "Num aparente paradoxo, a presença do Estado ao estabelecer as condições gerais de reprodução é entendida como ausência do urbano" (RODRIGUES, 2007, p. 74).

Outro fator que pode dificultar e impactar no futuro e na ascensão social das classes menos privilegiadas e que precisa ser combatido é o discurso de fracasso escolar, que é uma violência simbólica no contexto escolar, uma vez que faz as pessoas acreditarem que existem "dons naturais" e que as pessoas são mais ou menos dotadas e capacitadas, quando na verdade o que ocorre são as discrepâncias de capital e as heranças culturais que o indivíduo carrega e que influenciam no seu aprendizado e em sua formação (HIDALGO, 2014; BOURDIEU, 1989). A perversidade e a violência simbólica ocorre quando alguns agentes se utilizam dessa estratégia para camuflar e manter as desigualdades, e evitar que as classes menos privilegiadas reivindiquem os seus direitos através de um processo de "naturalização" das atuais condições de vida, do tipo e qualidade de escolarização e do tipo de trabalho que será exercido por essa população (BOURDIEU, 1989).

Estes são apenas alguns dos conflitos e contradições da estrutura escolar e sua relação com a sociedade e com o espaço. É necessário minimizar os efeitos dessa ação reprodutora da instituição escolar (HIDALGO, 2014) eliminando a alienação, estimulando práticas educativas que visem o pensamento crítico, a análise da realidade, assim como propostas da escola que visem à inserção e o acesso do aluno à informação e práticas que visem o seu crescimento pessoal, educacional e profissional.

Os elementos apresentados neste subcapítulo apresentam as contradições que emergem do sistema escolar, que segue uma tendência de reprodução de desigualdades e de imobilidade social, causadas por fatores objetivos calcados em características materiais que dificultam os alunos em obter sucesso em sua vida escolar, e as forças simbólicas como o discurso do fracasso escolar e dos dons naturais. Além destas questões, temos ainda as problemáticas quantitativas no que concerne à disponibilidade e distribuição de vagas no território, o acesso à escola e ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e sua atual estrutura.

São inúmeros os conflitos com relação às escolas públicas e ao sistema educacional que precisam ser revistos para que possamos ter sucesso na real inserção de todas as classes sociais. É nesse sentido que a escola muitas vezes pode se tornar reprodutora de desigualdades também, pois ela adota uma posição de neutralidade e aparente igualdade de relações, quando na realidade não há.

1.3.2. O perfil ocupacional e as oportunidades a partir do ambiente construído, do contexto e estrutura social.

Essa hierarquização social que nos deparamos, muitas vezes vem da escola e se reproduz na dimensão ocupacional. Portanto, o trabalho é também uma forma de se afirmar uma identidade social, de ocupar um lugar simbólico na sociedade (VARGAS, 2006). Conforme Bourdieu, os diferentes tipos de capitais, que são hereditários, podem definir as chances de sucesso escolar, a ocupação do indivíduo e conseqüentemente, a posição social. Para Bourdieu (1979 apud COSTA, 2009, p. 54), as famílias dotadas de capital cultural investirão mais na educação dos filhos e na cultura, e as famílias dotadas de capital econômico, irão investir em meios que mantenham a posse de bens materiais, para assegurar a reprodução do capital econômico e a manutenção do capital social geracional. Vargas (2016) reconhece as

relações de trabalho como uma categoria social, produto da interação de atores sociais. E assim, o mercado de trabalho torna-se também um espaço de relações de desigualdades de gênero, de classes e de cor (COSTA, 2009).

Em estudo feito na cidade do Rio Grande, Silva (2006) constatou que muitas alunas de ensino médio não se enxergam desempenhando outros papéis que não os que lhe são impostos, conforme os moldes preestabelecidos pelas práticas sociais e contextos de vida que estavam inseridas. Em outro estudo, em um bairro periférico da cidade do Rio Grande, constatou-se com base nas respostas dos entrevistados, que a ausência de espaços para qualificação profissional onde residem, limita o acesso a cursos pagos, porque se somam os custos de deslocamento, inviabilizando a qualificação, aperfeiçoamento ou a possibilidade de inserção em uma nova ocupação (ROLDÃO, 2009), muitas vezes, limitando as possibilidades de mobilidade ocupacional e social.

A elaboração de projetos integradores, direcionados aos jovens, na tentativa de elevar o ambiente educacional em bairros vulneráveis, tentando diminuir o efeito de isolamento social, no qual muitos jovens estão inseridos é de suma importância (LUCO; ENGEL, 2008). Outros problemas enfrentados em bairros pobres referem-se à gravidez na adolescência e a interrupção dos estudos para exercer a função precoce de responsáveis por uma família, o abandono da escola em detrimento da inserção precoce no mercado de trabalho, sem qualificação ou escolaridade, limitando as escolhas de profissão, na maioria das vezes, mal remuneradas. É necessário mostrar aos jovens outras opções diferentes da realidade em que estão acostumados, inseridos, muitas vezes situações de exclusão intensa, mas internalizadas como situações naturais (LUCO; ENGEL, 2008). Saraví (2008) também apontou a falta de consciência coletiva acerca da exclusão social por parte dos jovens em bairros vulneráveis.

É necessário também pensar na importância da família e dos vínculos sociais positivos na reversão dos panoramas de baixos índices educacionais. Por isso, as desigualdades escolares devem ser combatidas a partir de políticas que integrem a influência da família, dos bairros e da comunidade local. Dar atenção ao entorno do aluno e à família como estratégia de elevar o ambiente educacional e cultural da família, e conseqüentemente impactando positivamente na formação e no desenvolvimento da criança e do jovem em idade escolar (LUCO; ENGEL, 2008).

Devido aos contextos familiares, a grande maioria dos pais não participam ativamente do ciclo escolar das crianças.

Ribeiro e Kaztman (2008) afirmam que as crianças em situação de vulnerabilidade devem receber orientação no sentido de não mais valorizar o imediatismo em detrimento do investimento no futuro, por mais que os contextos sociais externos sejam críticos. A família na maioria dos casos, não teve nenhum tipo de assistência em idade escolar, não tiveram uma perspectiva de futuro, inseridos em ocupações que não necessitam de níveis altos de instrução e com remunerações baixas, o que muitas vezes causa no jovem a ideia equivocada de que ele não poderá desempenhar outros papéis na sociedade.

O Chile, por exemplo, investiu no programa "Adota um irmão", que consiste na adoção de crianças pobres por universitários, na intenção de expandir novas realidades, e auxiliar na aprendizagem em forma de tutoria, na ajuda com as tarefas de escola destes alunos e na troca de informações e diálogo entre contextos diferentes, proporcionando integração e troca mútua no sentido de estimular a criança e motivá-la a permanecer na escola e investir em seu futuro, e ao mesmo tempo proporcionando a mistura social, dando aos jovens universitários de maior renda a percepção da realidade e desafios que parcela da população enfrenta, incentivando o engajamento de diferentes estratos sociais na reversão das desigualdades (LUCO; ENGEL, 2008).

Ribeiro e Kaztman (2008) afirmam que a concentração territorial torna um desafio a diminuição dos padrões de desigualdade e pobreza. Rematozo e Katzman (2008) também defendem a mistura social como forma de combate às desigualdades educacionais, similar ao modelo que algumas cidades europeias elaboraram, com a formação de novos bairros heterogêneos, oferecendo incentivos às classes médias para que residam em regiões pobres, proporcionando a mistura social, na intenção de diminuir o fator de isolamento e segregação.

Olhar para os indicadores de rendimentos educacionais é o ponto de partida para a identificação de situações críticas e para a formulação de alternativas para melhor distribuição das oportunidades, programas e ações de intervenção em áreas vulneráveis. Para tratar desta temática, utilizaremos indicadores educacionais, segundo a classificação de Januzzi (2006), onde trataremos da questão do desempenho escolar intraurbano nos municípios, e indicadores de mercado de

trabalho, onde faremos a análise da distribuição espacial da população segundo sua ocupação de trabalho.

1.4 A CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS COMO SUBSÍDIO AO PLANEJAMENTO URBANO

A difusão do uso de indicadores sociais ocorreu no início do século XX, mas somente nos anos 1960 que esta área adquiriu corpo científico, servindo de base para a organização e acompanhamento das transformações sociais e a avaliação de políticas públicas. Um indicador social pode ser definido como uma medida quantitativa, de cunho social substantivo que operacionaliza um conceito social abstrato (JANNUZZI, 2006).

Os indicadores podem ser divididos em indicadores simples, compostos, e entre índices parciais e índices síntese. O indicador simples representa uma dimensão social por si só e os indicadores compostos são elaborados a partir da união de outros indicadores simples para formarem uma dimensão da realidade social. Os índices parciais são formados pela união de indicadores ou outros índices parciais, representando dimensões intermediárias para o cálculo do índice final ou índice síntese que irá abranger todas as dimensões determinadas pelo pesquisador (JANNUZZI, 2006; NAHAS, 2009).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi publicado pela primeira vez em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) considerando em seu cálculo os indicadores de renda *per capita*, expectativa de vida e escolaridade para mensurar o desenvolvimento humano dos países, tornando-se referência mundial (PNUD, 2014). No Brasil este índice foi aplicado aos municípios, recebendo o nome de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), calculado através dos dados do IBGE. Posteriormente, diversos índices foram criados para ajustar as limitações decorrentes de distorções e distanciamentos e analisar as dimensões sociais em abordagens variadas e direcionadas como o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), entre outros (PNUD, 2014).

Outras iniciativas no sentido de captar e identificar as situações de vulnerabilidade, exclusão social, carência de infraestruturas e equipamentos

públicas foram desenvolvidas, como o Mapa da Exclusão Social (Sposati 1996), o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) (SEADE, 2013), o Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013), o Observatório da Qualidade de Vida de Santo André (OQVSA) (KARRUZ; KEINERT, 2009), entre outros. Se por um lado a capacidade de síntese dos índices e indicadores auxilia na avaliação geral dos fenômenos e temas abordados, por outro resulta em limitações advindas da síntese de informação social, acarretando em perda da proximidade entre conceito e medida (JANNUZZI, 2006).

O poder público deve desenvolver sistemas com dados precisos e confiáveis que localizem espacialmente as áreas prioritárias e vulneráveis para criar e direcionar políticas públicas específicas (SEADE, 2013). Martins (2016, p.146) afirma que na última década "a vida de parte dos brasileiros de menor renda melhorou da porta para dentro das moradias, mas ainda há problemas profundos da porta para fora e nas estruturas e processos da e na cidade". No entanto, além da melhoria no acesso ao consumo de bens individuais, os municípios também precisam se instrumentalizar a partir das políticas urbanas e colocá-las em prática na cidade, melhorando a qualidade de vida e ampliando a oferta dos serviços públicos. A finalidade do planejamento e da gestão urbana é contribuir para a mudança social positiva, sendo uma estratégia de desenvolvimento socioespacial. Para se chegar ao desenvolvimento urbano é necessário, com o auxílio do planejamento, formular bases para melhorar a qualidade de vida e aumentar a justiça social no urbano (SOUZA, 2003).

Menezes e Jannuzzi (2009) avaliaram o grau de formalização do planejamento nos municípios brasileiros e a sua efetividade no que concerne a melhoria das condições de infraestrutura urbana em 2004. Estes autores pesquisaram a quantidade de municípios que possuem alguns dos instrumentos da política urbana implementados. Entre estes instrumentos pesquisados, citamos o Plano Diretor, as leis de disciplina de parcelamento do solo, o zoneamento ambiental, Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, Gestão Orçamentária, Gestão Orçamentária participativa, Planos e projetos setoriais e planos de desenvolvimento econômico e social. Com base na presença ou ausência dos instrumentos de planejamento, os municípios foram classificados nas seguintes tipologias: Desestruturado (além de alguns instrumentos de ordenamento financeiro,

o município praticamente não possui outros instrumentos), financeiro, territorial, social e jus social (o município possui todos os instrumentos citados).

Logo depois foram coletados indicadores de infraestrutura urbana destes municípios como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos e orgânicos, iluminação pública, pavimentação de vias e identificação domiciliar. Em seu trabalho, Menezes e Jannuzzi (2009) chegaram à conclusão de que os municípios mais estruturados em termos de instrumentos urbanos apresentaram os melhores indicadores. Outra constatação deste estudo é que os instrumentos de ordenamento financeiros eram presentes na maioria dos municípios, os instrumentos voltados para o ordenamento territorial, por sua vez, tiveram presença menos significativa e os instrumentos de ordenamento social tiveram a menor presença. Os municípios com maior complexidade de planejamento municipal podem impactar de forma positiva na melhoria das condições e infraestruturas no espaço, justificando a importância não só dos recursos orçamentários, mas também do grau de instrumentalização do planejamento municipal no território (MENEZES; JANNUZZI, 2009) e o direcionamento e articulação da gestão que atua no município. Os planos e diagnósticos devem também superar a função de ser apenas um instrumento técnico e burocrático exigido nos municípios (KOGA, 2016).

Koga (2016) aponta os descompassos existentes entre o planejamento, a execução e as demandas concretas no cotidiano da população. Esse distanciamento é causado principalmente pela hierarquização das relações de um lado, entre planejamento e execução, e de outro, entre técnicos e usuários. A autora também critica o fato de que o direcionamento das políticas se dá diante da capacidade já instalada e em menor expressão sobre as demandas reais que deveriam ser atendidas.

A administração pública pode aumentar ou diminuir as desigualdades socioespaciais dependendo das suas estratégias políticas, de seu enfoque e diálogo com o empresariado e com a população ao tratar, por exemplo, de intervenções urbanas e questões habitacionais. Neste contexto, Carlos (2001) atentou para algumas práticas do Estado que podem acarretar no aprofundamento das desigualdades, ao direcionar infraestruturas, transformações nos usos e funções apenas em lugares pontuais da cidade, sem investir o mesmo montante em áreas carentes.

Para evitar o aprofundamento das desigualdades e desequilíbrio na distribuição das infraestruturas e equipamentos públicos é importante que uma gestão democrática esteja à frente do município para que, mesmo com os entraves derivados do contexto capitalista e da globalização, possa-se formular e colocar em prática políticas e estratégias que permitam o desenvolvimento da economia municipal, agregando valor de forma equilibrada no território (VITTE, 2009) e com a legitimação da população, que deverá opinar e participar diretamente de tais políticas (NAHAS, 2009).

A aproximação dos dados estatísticos com o território vivo e vivido é um dos caminhos centrais na produção de um diagnóstico que se pretende socioterritorial. Significa a incorporação de novas informações, cujas fontes de dados necessitam serem descobertas junto a quem vivencia o cotidiano do território, a escala do lugar (KOGA, 2016, p.13).

Nahas (2009) aponta que para que isso seja possível, o sistema de indicadores ou o diagnóstico pode considerar indicadores da percepção acerca das condições e temáticas propostas, com grupos amostrais da população espacializados pelo território. Outra alternativa é a ampla participação dos grupos sociais nas decisões a partir dos resultados obtidos no diagnóstico. Os indicadores e variáveis coletadas na etapa do diagnóstico devem ser apenas o início do debate, devem funcionar como sugestões aproximadas em uma primeira instância, para serem debatidas coletivamente (SOUZA, 2003). É necessário superar as abordagens tecnicistas e voltadas apenas para as obrigações administrativas. É de suma importância envolver e integrar as equipes técnicas e de diferentes atores da gestão na produção dos diagnósticos, gerando novas referências de conhecimento sobre a população e os territórios de intervenção, agregando uma abordagem mais participativa (KOGA, 2016).

Este subcapítulo apresenta três divisões, onde na primeira serão abordados os mapas sociais urbanos e os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), na segunda serão abordados os elementos do Índice de Exclusão/Inclusão Social, e na terceira serão abordados os elementos do IBEU.

1.4.1 Mapas sociais urbanos e os Sistemas de Informações Geográficas

A geografia deste século tem utilizado diferentes perspectivas e paradigmas para a análise das dinâmicas socioespaciais. Buzai (2003) ressalta que muitos estudos atuais têm associado aspectos positivos de cada visão paradigmática, enriquecendo a pesquisa através de investigações integradas unindo de um lado, as aplicações quantitativas que em outras épocas eram limitadas devido a sua falta de relevância social, e de outro, a postura crítica que privilegia a teoria social, voltada às questões e condições no espaço geográfico.

Os avanços tecnológicos, as dinâmicas postas no território, o crescimento no volume e disseminação de dados e informações territoriais demandaram o desenvolvimento de ferramentas que possam atender essas complexidades. Neste contexto, ressaltamos a importância da ciência da geoinformação e seu caráter interdisciplinar, que tem como fundamento a construção de representações computacionais do espaço (CÂMARA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2001).

A cartografia digital e o geoprocessamento tornaram-se técnicas que exercem papéis fundamentais para os estudos geográficos, como apoio ao planejamento, manejo ou gerenciamento de espaços específicos através dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) (FITZ, 2008). Os SIGs são sistemas que permitem a realização de levantamentos de dados, análises e cruzamento de informações georreferenciadas através de tratamentos e rotinas computacionais, com base em informações alfanuméricas e localização espacial (FITZ, 2008; DAVIS; CÂMARA, 2001). Ele pode ser utilizado na produção de mapas, como suporte para análise de fenômenos e como banco de dados geográficos. A capacidade dos SIGs armazenarem relações topológicas entre objetos geográficos (pontos, linhas, áreas) com dados tabulares (alfanuméricos) (SILVA et al., 2008) permite diversas aplicações nas mais variadas áreas do conhecimento. A representação geométrica dos objetos espaciais no SIG pode ser expressa de forma vetorial ou matricial. A representação vetorial é expressa na forma de pontos, linhas ou polígonos e a representação matricial consiste em uma malha quadriculada composta de células ou pixels (CÂMARA; MONTEIRO, 2001).

Para Buzai (2003), o procedimento inicial de uma análise espacial deve determinar os objetos que serão representados no modelo, para então determinar qual a representação mais adequada e de que maneira poderão ser representados.

Após, os princípios de análise multivariada são aplicados, e no estudo das estruturas urbanas terão a função de evidenciar relações existentes entre as variáveis e entre as unidades espaciais, identificando vínculos, padrões e tendências que possam captar as características da cidade. O autor ressalta também a importância de escolher variáveis confiáveis e rigorosas para compor o que ele chama de matriz de dados geográficos. A matriz de dados geográficos é composta basicamente por informações alfanuméricas dispostas em linhas e colunas, onde cada eixo geográfico é uma intersecção que indica para cada espaço definido (linha) um valor correspondente (coluna). Essa matriz é um instrumento operativo de análise que pode ser utilizada em diferentes espaços e escalas, assim como a possibilidade de comparação e análise da evolução temporal. Cada espaço definido nesta matriz deverá ter um identificador para que possamos unir os dados alfanuméricos com as representações geométricas em ambiente SIG.

Utilizaremos, neste trabalho, dados alfanuméricos e representações vetoriais disponíveis pelo IBGE. O IBGE conta com as seguintes escalas geográficas de análise: Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas, Municípios, Distritos, Subdistritos, Bairros e Setores Censitários. As variáveis são derivadas de dois tipos de questionários que diferem em questões e abrangência espacial: O questionário básico e o questionário da amostra.

O questionário básico é aplicado a todos os domicílios do município, e seus resultados compõem os setores censitários. O questionário da amostra corresponde ao questionário mais amplo, contendo as informações do questionário básico e outras informações mais específicas, aplicado apenas em alguns determinados domicílios, que foram selecionados para compor as classes amostrais e Áreas de Ponderação. A amostra é composta por um agregado de setores para que seus dados possam ter representatividade e validade estatística (IBGE, 2010b, 2011a).

Os estudos que associam análise espacial quantitativa e aplicação de modelos espaciais na construção de indicadores são instrumentos que podem captar as desigualdades socioespaciais. Estes mapas sociais podem servir de subsídio ao planejamento urbano para auxiliar no direcionamento e na resolução de problemas na cidade, com o objetivo de melhorar as condições e a qualidade de vida através de estratégias que priorizem a população vulnerável e não somente o mercado e as classes privilegiadas (BUZAI, 2003).

É preciso também reconhecer as limitações das representações computacionais do espaço geográfico. É importante considerar diversas dimensões da realidade com o maior detalhamento, rigor e confiabilidade possível, mas também devemos reconhecer que estas são aproximações reducionistas da realidade geográfica e, por isso, a análise teórica e crítica, o embate dos resultados quantitativos com a análise complementar através de outras fontes, assim como o diálogo entre gestores, técnicos e população são de extrema importância na discussão do produto final do diagnóstico e na tomada de decisão (CÂMARA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2001).

1.4.2 O Índice de Exclusão/Inclusão Social

Para Sposati, a exclusão social é a

[...] impossibilidade de poder partilhar da sociedade, leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população. Por isso exclusão social é não só pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas, de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. É, portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade (1996, p. 13).

E juntamente com a exclusão social, temos a inclusão social, que assume uma relação dialética, sendo uma o contraponto da outra (NASCIMENTO, 2013). Sposati (2000) afirma que para haver excluídos, alguém foi privado de uma determinada situação de inclusão. Estes dois conceitos são intrínsecos e devem ser correlacionados, uma vez que a inclusão propicia as bases para a formulação de propostas para a alteração da situação de exclusão social, ao indicar os padrões mínimos para que se alcance a inclusão a ser buscada (SPOSATI, 2000).

Para Genovez, Monteiro e Câmara (2001), exclusão e inclusão social são processos que se relacionam entre si, evidenciando desequilíbrios e situações desiguais de distribuição de renda, infraestruturas e oportunidades. Para a definição da exclusão, tornou-se necessário construir um referencial com os padrões mínimos de inclusão social a serem alcançados pela população, garantindo acesso à

Autonomia, Qualidade de Vida, Equidade e Desenvolvimento Humano, formando então as quatro dimensões ou utopias que compõem o Índice de Exclusão/Inclusão Social, proposto por Sposati (1996).

O Índice de Exclusão/Inclusão Social foi aplicado em diversos trabalhos e prefeituras no país. Sposati (2000) afirma que não há um modelo prévio de variáveis para elaborar o mapa. Em cada trabalho, o mapa foi adaptado com base na disponibilidade de dados complementares das prefeituras, suprimindo ou incorporando outras variáveis de acordo com as realidades sociais, direcionamentos e objetivos dos estudos. É necessário ainda frisar a complexidade de uma definição dos conceitos de exclusão e suas dimensões, em razão da natureza subjetiva que podem assumir que pode variar de lugar para lugar, de acordo com a percepção e contexto histórico de uma sociedade (GENOVEZ, 2005).

Com base no trabalho original, a Dimensão de Autonomia trata da "capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais" (SPOSATI, 1996, p. 57). Já a Dimensão de Qualidade de Vida envolve "a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade" (SPOSATI, 1996, p. 71). A Dimensão de Desenvolvimento Humano trata da "privação dos usos das energias criativas das pessoas e de suas capacidades, pelo não acesso à saúde, educação, cultura, para gerar oportunidades econômicas e sociais para si mesmos e para a sociedade" (SPOSATI, 1996, p. 89). E a Dimensão de Equidade trata do "reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem" (SPOSATI, 1996, p. 105).

O trabalho original utilizou diversos dados, tanto do IBGE como da prefeitura de São Paulo. Os trabalhos de Genovez (2005) e Nascimento (2013) adaptaram a escolha de variáveis para utilizar apenas dados do IBGE, modificando a nomenclatura de algumas dimensões da exclusão/inclusão social propostas por Sposati (1996). A Dimensão de Autonomia é tratada por Genovez (2005) e Nascimento (2013) como Autonomia de Renda, uma vez que, os indicadores que compõem esta dimensão passaram a tratar exclusivamente dos rendimentos salariais. A Dimensão de Qualidade de Vida é tratada por Nascimento (2013) como Qualidade Domiciliar, uma vez que os indicadores que passaram a compor esta

dimensão tratam de infraestrutura e condições de habitação. Genovez (2005) e Nascimento (2013) mantiveram a nomenclatura da Dimensão de Desenvolvimento Humano, mesmo não utilizando dados relacionados à saúde, como proposto no índice original. A Dimensão de Equidade manteve a mesma nomenclatura e tratou das diferenças de gênero tanto no trabalho de Sposati (1996), como nas adaptações de Genovez (2005) e Nascimento (2013).

Os indicadores utilizados na construção da Dimensão de Autonomia de Renda e na Dimensão de Equidade foram classificados, de acordo com a classificação de tipologias de indicadores proposta por Januzzi (2006), como indicadores de mercado de trabalho, renda e desigualdade. E os indicadores utilizados na Dimensão de Desenvolvimento Humano foram classificados como indicadores educacionais e culturais. Por fim, os indicadores da Dimensão de Qualidade Domiciliar foram classificados como indicadores de infraestrutura e habitação.

1.4.3 O Índice de Bem Estar Urbano

Ribeiro e Ribeiro (2013) elaboraram o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) junto ao INCT – Observatório das Metrôpoles da Universidade Federal do Rio de Janeiro para quinze metrôpoles do país, com o objetivo de fornecer informações gerais com relação à situação das populações em concentrações urbanas, com base nas escalas de habitação e pelos equipamentos e serviços urbanos. O IBEU selecionou em seus componentes, critérios que consideraram o que a cidade deve oferecer às pessoas, no que tange às condições materiais de vida e estruturas coletivas.

As dimensões retratadas foram formadas a partir de indicadores oriundos do IBGE, relacionados à infraestrutura e habitação; e à qualidade de vida urbana e meio ambiente, conforme classificação de tipologias de indicadores, proposta por Januzzi (2006). O IBEU foi composto a partir da aglutinação de cinco dimensões urbanas: Mobilidade Urbana (D1), Condições Ambientais Urbanas (D2), Condições Habitacionais Urbanas (D3), Atendimento de Serviços Coletivos (D4) e Infraestrutura Urbana (D5). Com base nos indicadores utilizados pelo IBEU e pela classificação de tipologias de Januzzi (2006), podemos sintetizar que, para que se alcance o bem-estar retratado pelo índice, são necessárias condições mínimas no que tange à

qualidade de vida e determinadas infraestruturas necessárias no cotidiano (RAMOS, 2015). Ramos (2015) atentou também para a

[...] necessidade de se definir o objeto de estudo e as variáveis utilizadas em uma análise, ou seja, que qualidade de vida, quais infraestruturas e que dimensão de bem-estar urbano se quer retratar, de acordo com a realidade e necessidades de uma determinada população.

Isso se deve ao fato de que cada município e indivíduo possuem uma realidade socioeconômica e cultural diferente, e conseqüentemente, surgem daí diferentes necessidades e percepções do que seja qualidade de vida, prioridades e necessidades básicas, por exemplo. Além disso, o IBEU foi originalmente elaborado para avaliar as condições de vida no contexto metropolitano, e no presente trabalho, essa metodologia será aplicada em um contexto não metropolitano, em uma aglomeração urbana formada por duas cidades médias e três cidades de porte pequeno.

Iniciaremos esta discussão definindo os tipos de indicadores de infraestrutura e habitação utilizados na construção deste índice e o que pretendemos retratar com cada um deles neste trabalho. Para o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) a infraestrutura é o

[...] conjunto de bens e serviços sociais, equipamentos comunitários e redes de suporte à vida cotidiana das pessoas, das famílias, das comunidades e das cidades, com forte impacto sobre o desenvolvimento econômico, a promoção do bem-estar social e a garantia dos direitos humanos (IPEA, 2010, p. 31).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2000) classifica infraestrutura em quatro grupos, de acordo com a sua função: infraestrutura econômica (transporte, energia e telecomunicações); a infraestrutura social (represas e canais de irrigação, sistemas de água potável e esgotamento sanitário, educação e saúde); infraestrutura ambiental; e infraestrutura vinculada à informação e ao conhecimento.

Para Kessides (1993 apud IPEA, 2010, p.28), a infraestrutura contribui para o aumento da produtividade dos fatores de produção (capital e trabalho) e melhora a qualidade de vida da população, apresentando estreita correlação com o desenvolvimento econômico. Para esta autora, a infraestrutura é um elemento essencial para gerar os ganhos de produtividade decorrentes da urbanização, de forma que quando os problemas associados à falta de infraestrutura adequada acarretam custos

de congestionamento ou externalidades negativas sobre o meio ambiente, os benefícios decorrentes da urbanização são reduzidos. Por outro lado, uma melhoria na saúde da população derivada de um maior acesso à água potável e esgotamento sanitário ou uma redução no tempo de deslocamento ao trabalho devido a um sistema de transportes mais eficiente, contribuem para o aumento da produtividade do trabalho, da cidade, da região e da economia como um todo. Ademais, a falta de acesso a uma infraestrutura adequada a preços compatíveis com o nível de renda da população é um dos fatores determinantes para a persistência de elevados patamares de pobreza estrutural.

O investimento em infraestrutura social e urbana influencia diretamente no desenvolvimento socioeconômico, na promoção do bem-estar social e na garantia dos direitos humanos, de forma que, a ausência ou deficiência de infraestruturas, podem restringir as possibilidades de desenvolvimento socioespacial (IPEA, 2010). Os indicadores de infraestrutura e habitação que constituíram o IBEU abrangeram informações da cobertura de serviços públicos urbanos à população, características do entorno e logradouro dos domicílios (como a existência de pavimentação e passeio público) e algumas condições domiciliares. Estas informações foram utilizadas para a construção da Dimensão das Condições Habitacionais Urbanas (D3), Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos (D4) e Dimensão de Infraestrutura Urbana (D5). As variáveis que compõem estas dimensões serão detalhadas no capítulo sobre a metodologia deste trabalho.

O segundo grupo de indicadores refere-se à qualidade de vida urbana e meio ambiente. Pelo fato de ser um conceito amplo e subjetivo, existem diversas concepções acerca do conceito de qualidade de vida (FORATTINI, 1991; RAMOS, 2015), no entanto, não pretendemos esgotar este assunto neste momento, focando apenas na definição aplicada neste trabalho. Bravo e Vera (1993 apud VITTE, 2009, p. 91) definem qualidade de vida como "o grau de bem-estar individual e em grupo, determinado pelas necessidades básicas da população". Terezo define qualidade de vida como o

[...] conjunto de condições objetivas e subjetivas que permitam o bem-estar físico e espiritual dos seres humanos, tais como: saneamento básico, habitação, alimentação, educação, saúde, acesso ao lazer e aos bens culturais, trabalho (em condições compatíveis com a dignidade humana), segurança, liberdade, direito ao exercício da cidadania, meio ambiente saudável; que permitam, enfim, viver em um ambiente natural e social não degradado (2007, p.127).

Os indicadores de qualidade de vida e meio ambiente abordados neste trabalho, referiram-se às condições objetivas, relacionadas à infraestrutura de transportes, atendimento de necessidades básicas, indicadores de alocação do tempo, indicadores ambientais, como presença de esgoto a céu aberto, existência de arborização no entorno dos domicílios, esgotamento sanitário, lixo nos logradouros, etc. (JANUZZI, 2006). Estas informações foram utilizadas para a construção da Dimensão de Mobilidade Urbana (D1), Dimensão de Condições Ambientais Urbanas (D2) e Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos (D4).

Ou seja, para se alcançar o bem-estar urbano retratado e idealizado na construção do IBEU, seria necessária a cobertura de um determinado conjunto de infraestruturas básicas fundamentais e a melhoria da qualidade de vida das populações (RAMOS, 2015). Conforme foi mencionado anteriormente, o IBEU foi utilizado para comparar regiões metropolitanas (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013) e posteriormente, foi aplicado para todos os municípios brasileiros (RIBEIRO; RIBEIRO, 2016) pelo Observatório das Metrôpoles. Surgiram também diversos trabalhos apoiados e tecendo considerações sobre esta metodologia, como Decol (2016), Menezes e Possamai (2015) e Ramos (2015).

CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL

Neste capítulo, serão apresentadas algumas características socioeconômicas e contextuais preliminares dos municípios da AUSUL. O objetivo é fornecer um primeiro contato com as características desta aglomeração, contextualizando alguns pontos de cada município de forma abrangente, assim como as suas relações entre si, para fornecer ao leitor maior compreensão e orientação para os próximos capítulos, que trarão análises mais detalhadas acerca do desenvolvimento socioespacial de cada um destes municípios.

O capítulo está dividido em quatro subcapítulos. O primeiro subcapítulo aborda a gênese e contexto histórico dos municípios, o segundo aborda a criação da AUSUL e os projetos de institucionalização de uma região metropolitana, o terceiro apresenta algumas características gerais acerca do tamanho demográfico, PIB, setores que contribuem na receita de cada município, funcionalidade, hierarquia, IDH e outros. Por fim, o quarto subcapítulo discute as diferenciações entre esses municípios e a questão do reforço nas centralidades históricas.

3.1 GÊNESE E CONTEXTO HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS DA AUSUL

Os municípios do Rio Grande e Pelotas foram criados nos séculos XVIII e XIX. Rio Grande é a cidade mais antiga do estado. O desenvolvimento destes municípios não é recente, a sua concentração industrial e de capital é reflexo do seu contexto histórico, referente ao capital acumulado pelas charqueadas em Pelotas e pela atividade fabril e portuária em Rio Grande. O município de São José do Norte foi emancipado do Rio Grande no século XIX e apesar de, assim como Rio Grande, apresentar condições para instalação de estruturas portuárias, seu potencial não foi explorado na época. Já os municípios de Capão do Leão e Arroio do Padre foram emancipados de Pelotas em 1982 e 1996, respectivamente.

3.1.1 Rio Grande

Rio Grande surge no contexto do conflito entre espanhóis e portugueses pelo território. Em 1737 o forte de Jesus-Maria-José é construído para consolidar e

proteger a ocupação portuguesa, além da vinda de índios catequizados e famílias do Rio de Janeiro e Laguna, formando a povoação (IBGE, diversos anos a).

Devido às características fisiográficas da região, a expansão urbana sofreu limitações, uma vez que, o avanço das dunas sobre as áreas já urbanizadas dificultava a manutenção das vias e construções. Em 1763 ocorreu a invasão dos espanhóis, o que ocasionou a transferência da capital da província, que era Rio Grande, para Viamão, e depois para Porto Alegre. Após treze anos de dominação espanhola a Vila do Rio Grande sofreu impactos em sua economia e não retomou seu posto como capital (MARTINS, 2006). No entanto, sua posição geográfica favoreceu as atividades portuárias desde sua gênese até os dias atuais, uma vez que atualmente, Rio Grande exerce atividades industriais e portuárias de importância nacional e internacional.

Na década de 1910 foi construído um novo porto na cidade, acarretando em um novo eixo de expansão urbana (MARTINS, 2006). O porto não se localizava junto ao Oceano Atlântico e sim dentro do estuário da laguna dos Patos. Isso ocasionou grandes transtornos, para as condições de navegabilidade, devido ao assoreamento natural, que alterava a profundidade do canal e impossibilitava a navegação de embarcações de médio e grande porte.

Surgiu então a necessidade de construir os Molhes da Barra, que impedem o fechamento do estuário pelos depósitos sedimentares. Em 1915 concluiu-se o molhe oeste, localizado no município do Rio Grande e, no município de São José do Norte o molhe leste (MARTINS, 2006).

Até 1930, período de industrialização dispersa, a economia foi marcada pelo primeiro parque fabril. Este se desenvolveu durante a primeira fase da industrialização, tendo seu declínio gradual culminando com o fechamento de indústrias nas décadas de 1950 e 1960 (MARTINS, 2006). Na década de 1970 o município recebeu investimentos estatais, principalmente do governo federal para a construção do distrito industrial e as novas instalações do Superporto. Entre os anos de 2004 e 2005 o governo federal priorizou os investimentos na indústria naval e a consolidação de um Polo Naval em Rio Grande teve início em 2006 (SILVA et al., 2012).

Rio Grande é uma cidade portuária e um polo industrial (petroquímica, fertilizantes e alimentos). O porto do Rio Grande é um importante ponto de exportação e importação do Brasil e MERCOSUL (HALAL, 2006). Atualmente, o

município do Rio Grande possui cinco distritos: Rio Grande, Povo Novo, Quinta, Taim e Ilha dos Marinheiros (Figura 10).

3.1.2 Pelotas

Pelotas é produto da economia das charqueadas, desenvolvidas a partir das décadas finais do século XVIII nas margens do Arroio Pelotas e do Canal de São Gonçalo. As charqueadas geraram êxito econômico e acarretaram em crescimento populacional. O primeiro plano urbano data de 1815, quando os estancieiros iniciaram a construção de suas casas próxima às suas unidades de produção, ou seja, situado entre o Canal São Gonçalo e Arroios Pelotas e Santa Bárbara, criando o núcleo principal das charqueadas (SOARES, 2002).

Em 1835 passaria da condição de vila para cidade de Pelotas. Em 1860 e 1890 a indústria do charque estava no seu auge. A prosperidade econômica dos charqueadores refletiu-se na cidade, com a construção de casarões luxuosos e nas obras de modernização e embelezamento da cidade. Havia grande presença de escravos nessa época na cidade, estes foram emancipados em 1884, quatro anos antes da abolição, em um ato que procurava desvincular a escravidão da república, no entanto, como em grande parte do Brasil, estes continuaram trabalhando para cumprir cláusulas de prestação de serviços, sem garantias futuras e direitos, e sem terem tido acesso à terra para próprio cultivo (TAVARES, 2011).

Atualmente, o município destaca-se na produção e beneficiamento de arroz, no cultivo de pêssego e aspargo e na produção de leite. Além disso, destaca-se no setor de comércio e serviços, especialmente educacionais (universidades e faculdades) garantindo por esses setores, centralidade ao município (PREFEITURA DE PELOTAS, 2017). Pelotas possui nove distritos: Pelotas, Cascata, Cerrito Alegre, Z/3, Monte Bonito, Rincão da Cruz, Quilombo, Santa Silvana e Triunfo (Figura 10).

3.1.3 São José do Norte

Em meados de 1800, São José do Norte dispunha de um porto, devido às condições precárias de navegabilidade da entrada da Barra em Rio Grande. As embarcações de médio e grande porte atracavam no porto de São José do Norte, e depois as mercadorias seguiam até à Vila do Rio Grande, em pequenas

embarcações. Em 1828 foi construída a Alfândega de São José do Norte. A emancipação deste município, que fazia parte do território do Rio Grande, se deu no ano de 1831 (GARCIA, 2011).

Na origem, o município apresentava potencial de desenvolvimento similar aos vizinhos Pelotas e Rio Grande, no entanto, a reorganização territorial do trabalho, que polarizou em Rio Grande a partir da sua primazia no setor portuário, tornou São José do Norte dependente e causou retração em seu desenvolvimento. Outro fator que Garcia (2011) coloca como limitante histórico no seu desenvolvimento foi o fato do município estar predominantemente ligado às atividades do setor primário e na monocultura da cebola, sem diversificar, tornando-o refém da economia externa ao território e das intempéries climáticas. Destaca-se também a dependência dos pequenos produtores com relação aos atravessadores e dos preços ofertados pelos compradores de outras regiões do país.

Segundo Gautério (1997), a construção dos Molhes da Barra e as obras no porto da cidade do Rio Grande, fizeram com que São José do Norte perdesse sua importância neste setor. Rio Grande assumiu a primazia como porta de entrada do estado, sendo responsável pelo comércio marítimo. Logo, a Alfândega de São José do Norte foi desativada, e comprometeu as finanças municipais, restringiu o oferecimento de serviços à população, obras e melhorias públicas. Com pouco recurso público e com poucos habitantes com recursos financeiros, advindos quase que exclusivamente da lavoura, o comércio também entrou em declínio, e o desemprego também aumentou. Ao mesmo tempo, a centralização do comércio do Rio Grande foi se consolidando, e o vizinho São José do Norte viu sua economia estagnar. Na época também não havia estradas que ligassem São José do Norte à capital Porto Alegre. O trecho que ligava, tratava-se de uma estrada de chão em péssimas condições de tráfego, sem condições de travessia em épocas de chuva.

Em 1924 foi criado o serviço de travessia por embarcação de passageiros, com a criação da hidroviária para ligar São José do Norte e Rio Grande. Em 1954 o serviço de barcas passou a fazer também o transporte de cargas e veículos entre as duas cidades (PETRONE, 1997). O município chegou a ser considerado a capital nacional da cebola, mas perdeu o posto em detrimento de outros estados. Fontoura (1994) aponta como causas da crise na produção da cebola a escassez de água, o déficit na oferta de energia elétrica e os problemas para escoar a produção. A

pavimentação da rodovia que liga São José do Norte até Porto Alegre só foi concretizada em 2009 (GARCIA, 2011).

A economia do município se baseia no setor primário, com atividades vinculadas à pesca, ao agronegócio e pecuária. A produção agrícola se dá principalmente pelo cultivo de arroz e pela cebolicultura. Existem empresas no ramo da extração de resina e corte da madeira, oriundo das áreas de plantio de Pinus. Destaca-se também o monocultivo do eucalipto e, mais recentemente, a indústria naval (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 2017). Em 2013, um estaleiro foi instalado em São José do Norte, no entanto, estas estruturas parecem não ter integração com a cidade, funcionando paralelamente, sob demanda externa à região e com prazo de validade determinado. São José do Norte é composto por três distritos: São José do Norte, Estreito e Bojuru (Figura 10).

3.1.4 Capão do Leão

Os primeiros habitantes eram indígenas e a ocupação por migração se deu com maior intensidade nos séculos XIX e XX. As terras foram utilizadas por imigrantes atraídos pelos solos para a agricultura e também pela elite de Pelotas, que utilizou a região como local de veraneio. A presença de rochas graníticas no território também atraiu pessoas para a atividade de extração mineral (PREFEITURA DE CAPÃO DO LEÃO, 2017).

O território atual de Capão do Leão faz parte da Serra dos Tapes. A exploração da Pedreira e o surgimento e crescimento do povoado que surgiu ao redor dela está diretamente ligado com a questão portuária (SANTOS, 2014), uma vez que o porto do Rio Grande não está situado diretamente no Oceano Atlântico, conforme mencionamos anteriormente. A construção dos Molhes da Barra foi essencial para as atividades de navegação de médio e grande porte, mantendo a profundidade do canal em Rio Grande. (SANTOS, 2014). Rio Grande não possui pedreiras, uma vez que sua formação geológica é de planície costeira, constituída por formação arenosa.

Por isso, a pedreira de Capão do Leão, denominada de Pedreira do Cerro do Estado, foi adquirida em 1910 pela Companhia Francesa do Porto do Rio Grande. Isso porque a pedreira de Monte Bonito (localizada em um distrito de Pelotas) não supriu a demanda do volume de rochas necessárias para a construção dos molhes

(TORRES, 2014). A Companhia Francesa iniciou a ocupação do local, com a instalação da infraestrutura necessária para dar início à exploração das rochas, incluindo a abertura de estradas de acesso. A pedreira do Cerro do Estado (originou o nome do bairro) impulsionou o crescimento do até então, distrito de Pelotas. Foram construídas também linhas férreas que ligavam Capão do Leão e Monte Bonito até a Barra do Rio Grande para transportar os blocos (PREFEITURA DE CAPÃO DO LEÃO, 2017).

Em 1915 foi inaugurada a obra em Rio Grande, no entanto, a demanda por manutenção no complexo portuário e a demanda para modernização de outros portos como os de Porto Alegre, Pelotas, São José do Norte e outras obras executadas de calçamento, saneamento e engenharia no sul do país e em outros países como Argentina e Uruguai, não cessaram (SANTOS, 2014). Atualmente, a pedreira do Cerro do Estado permanece concedida ao Estado do Rio Grande do Sul, administrada pela Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG) e novamente forneceu pedras para as obras de ampliação dos molhes da Barra (SANTOS, 2014).

Em 1963 ocorreu a primeira tentativa de emancipação de Capão do Leão (SILVA, 2014). A justificativa para a emancipação era a má distribuição de recursos para aquele distrito, estradas em péssimas condições, escolas e assistência médica. Em 1981 foi publicada a autorização de plebiscito. A área incluiria o antigo 4º distrito (Capão do Leão) de Pelotas, parte do 8º distrito (Morro Redondo) e o bairro Jardim América (parte do 1º distrito de Pelotas).

Os moradores do bairro Jardim América viam a emancipação como uma ameaça, alegando que não foram consultados se queriam ou não a emancipação. Nessa época as reivindicações deste bairro estavam começando a ser atendidas, como melhorias no abastecimento de água. A Vila do Capão do Leão era favorável à emancipação, mas a periferia e as zonas rurais eram contrárias. A população decidiu pela emancipação de Capão do Leão, com 1.751 votos a favor da emancipação, contra 1.259 votos contra a emancipação, e em 1982 foi decretado por lei a criação do novo município (SILVA, 2014).

A agricultura do município é baseada na plantação de arroz, soja, milho, melancia, sorgo, batatas, feijão, fumo, fruticultura. Na pecuária, destaca-se a criação de bovinos, equinos e caprinos. No ano de 2015 a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) atendia 491 famílias rurais, sendo 296 destas famílias do tipo agricultura familiar (PREFEITURA DE CAPÃO DO LEÃO, 2017). Atualmente,

Capão do Leão é composto por quatro distritos: Capão do Leão, Hidráulica, Passo das Pedras e Pavão (Figura 10).

3.1.5 Arroio do Padre

A colonização europeia se deu no ano de 1868, com a imigração alemã-pomerana em São Lourenço do Sul, fundando a colônia Arroio do Padre I. Antes disso, a Serra dos Tapes, área do município, era ocupada por índios Tapes e Carijós (MILHEIRA, 2008, p.425 apud BEIERSDORF; WEIDUSCHADT, 2013; BAYSDORF, 2007). Essas colônias, assim como tantas outras no Brasil, foram patrocinadas e incentivadas pelo governo imperial. Os lotes eram cedidos gratuitamente até 1850 (após isso, em 1954, iniciou-se a cobrança das terras públicas somente para a colonização). Essas medidas de ocupação tinham objetivo de incentivar o povoamento em áreas inóspitas e incentivo à agricultura.

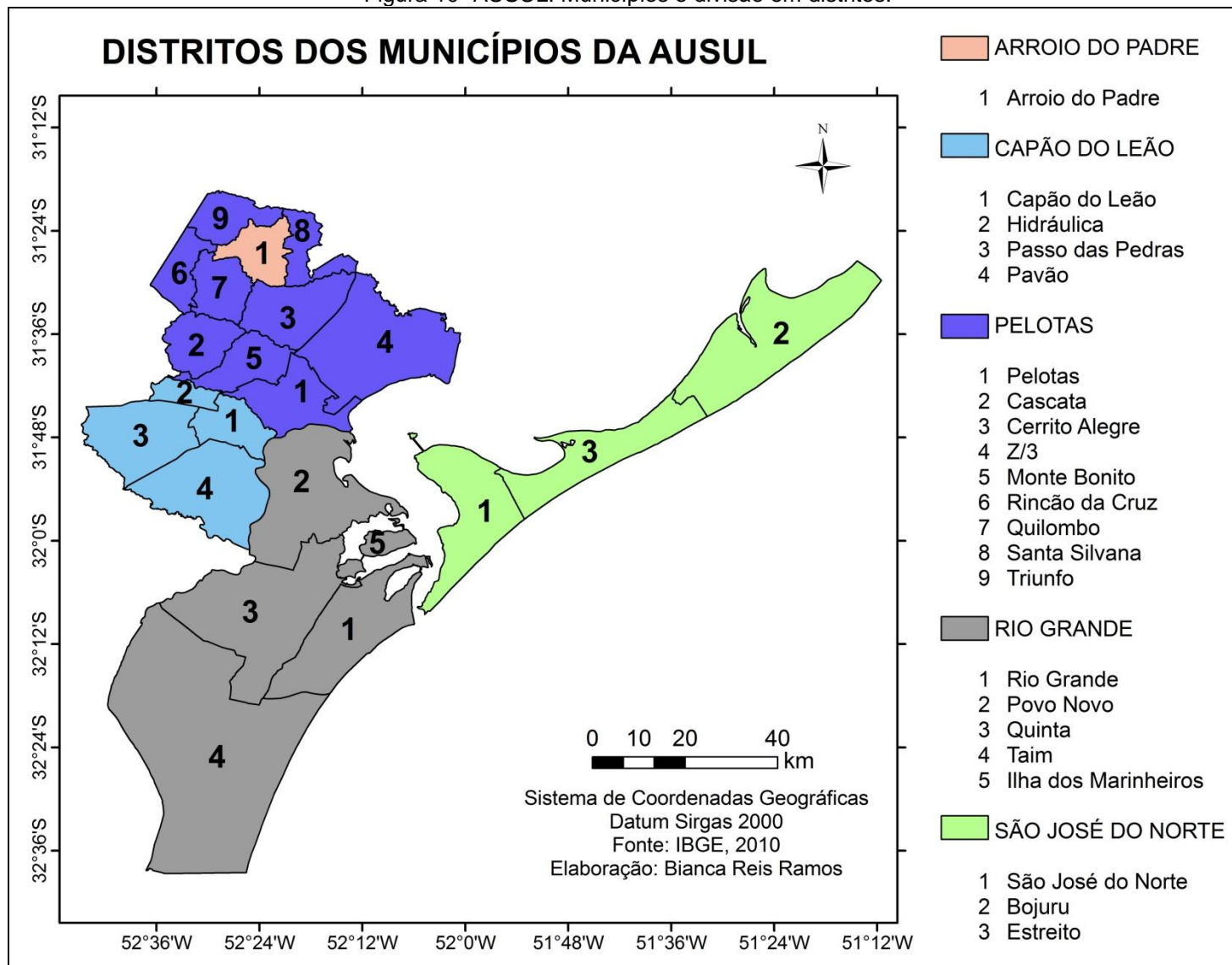
Isso foi estratégico também do ponto de vista de defesa das fronteiras com a Argentina e Uruguai. Em 1870, os moradores expandiram seus limites e iniciaram a ocupação da colônia de Arroio do Padre II (onde se localiza o centro do município atualmente). A Colônia de Arroio do Padre pertencia inicialmente ao município de São Lourenço do Sul, e foi incorporada ao município de Pelotas em 1890 (BEIERSDORF; WEIDUSCHADT, 2013; PREFEITURA DE ARROIO DO PADRE, 2017). Em 1996 este distrito de Pelotas foi desmembrado e emancipado. Arroio do Padre possui apenas um distrito (Figura 10), a sede do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE, 2017; IBGE, diversos anos a).

A agricultura familiar colonial no município serviu e ainda serve para atender às próprias necessidades de muitas famílias, e o excedente é comercializado no interior do município. A expansão da comercialização tem limitações principalmente pela falta de infraestrutura no que tange ao transporte da produção até o mercado consumidor (NASCIMENTO; NOVELLO, 2017).

A EMATER tem incentivado a diversificação de cultivos no município, que é voltado ao plantio de tabaco. Mais de 90% dos agricultores ocupam-se com a produção de tabaco, sendo esta a principal atividade agrícola do município. A EMATER também aponta a diversificação como alternativa econômica para suprir a falta de opções de renda, ao trocar a monocultura do fumo pelo cultivo de fruticultura, olericultura, incrementando a produção de alimentos e a renda familiar

do pequeno agricultor, aproveitando o potencial da terra de forma sustentável. Além disso, a criação de bovinos e produção de leite, no entanto, problemas de infraestrutura como a de transportes, apontada anteriormente e de energia elétrica, atrasam o desenvolvimento e modernização da fruticultura e da produção de leite (JORNAL TRADIÇÃO, 2012, 2017).

Figura 10- AUSUL: Municípios e divisão em distritos.



3.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUSUL E A PROPOSIÇÃO DE UMA REGIÃO METROPOLITANA

Conforme mencionado anteriormente, o Rio Grande do Sul possui dois tipos de concentrações urbanas instituídas: As regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas não metropolitanas. A primeira aglomeração urbana não metropolitana instituída no Estado foi criada no ano de 1990, correspondendo aos municípios de Pelotas e Capão do Leão. Em dezembro de 2002, os municípios de Arroio do Padre, Rio Grande e São José do Norte foram incluídos nesta aglomeração através de um projeto de lei complementar, formando então a AUSUL (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

A AUSUL caracteriza-se como uma aglomeração urbana pré-metropolitana, bipolar, descontínua, formada por dois polos que são as cidades médias de Pelotas e Rio Grande, e pelos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte. Institucionalmente, ela é uma aglomeração do tipo não metropolitana, mas já existem projetos de lei que visam à criação de uma região metropolitana nesta área.

Em 2013 foram propostos dois projetos de lei que visavam à criação de uma região metropolitana na região sul do estado. O primeiro projeto de lei visava criar a Região Metropolitana do Sul, composta pelos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. Esta proposição teria como ponto de partida os municípios da já instituída AUSUL e a soma de outros seis municípios limítrofes. O segundo projeto de lei era mais abrangente e visava criar a Região Metropolitana da Zona Sul do Estado, composta pelos municípios da Zona Sul do estado².

Optou-se pela tramitação conjunta destes dois Projetos de Lei, e em 2015 foi modificado o Projeto de Lei 249/2013, alterando a composição da Região Metropolitana, que passou a ser composta apenas pelos cinco municípios integrantes da AUSUL. A readequação da proposta foi feita devido à criação da Lei 13.089 de 2015, que criou o Estatuto das Metrôpoles, estabelecendo critérios para a instituição de regiões metropolitanas (BRASIL, 2015).

²Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

O Estatuto das Metr opoles estabelece que a região metropolitana deva ter continuidade territorial, deve ter influência nacional ou regional e que configure a área de influência de, no mínimo, uma capital regional. Após essas adequa es, a proposi o recebeu parecer favorável, sendo aprovado em vota o na Assembleia Legislativa no mês de fevereiro do ano de 2017. De acordo com Halal (p. 20, 2006) "a AUSUL apresenta possibilidades maiores rumo   complementaridade e   solidariedade entre centros urbanos. Entretanto, a efetiva articula o entre os municípios ainda não existe".

3.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS

A Tabela 1 apresenta as características gerais dos municípios que compõem a AUSUL. Essa aglomera o   composta por dois municípios de porte médio e os demais são municípios pequenos. Rio Grande e Pelotas têm a maior propor o de pessoas residentes em áreas urbanas, Produto Interno Bruto (PIB) maior e melhor nível no  ndice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

Tabela 1- AUSUL: Informa es gerais.

Municípios	Popula�o em 2010	Popula�o urbana em 2010 (%)	PIB em 2013 (R\$)	IDHM	�ndice de Gini em 2010
Arroio do Padre	2.730	17	40.193.000	0,669	0,5237
Capão do Leão	24.298	92	373.553.000	0,637	0,4493
Pelotas	328.275	93	5.920.548.000	0,739	0,5596
Rio Grande	197.228	96	8.155.095.000	0,744	0,5248
São José do Norte	25.503	68	268.027.000	0,623	0,4423
Total	558.034	96	14.757.416.000	-	-

Fonte: IBGE, diversos anos a; Ministério da Saúde, diversos anos. Elaborado pela autora.

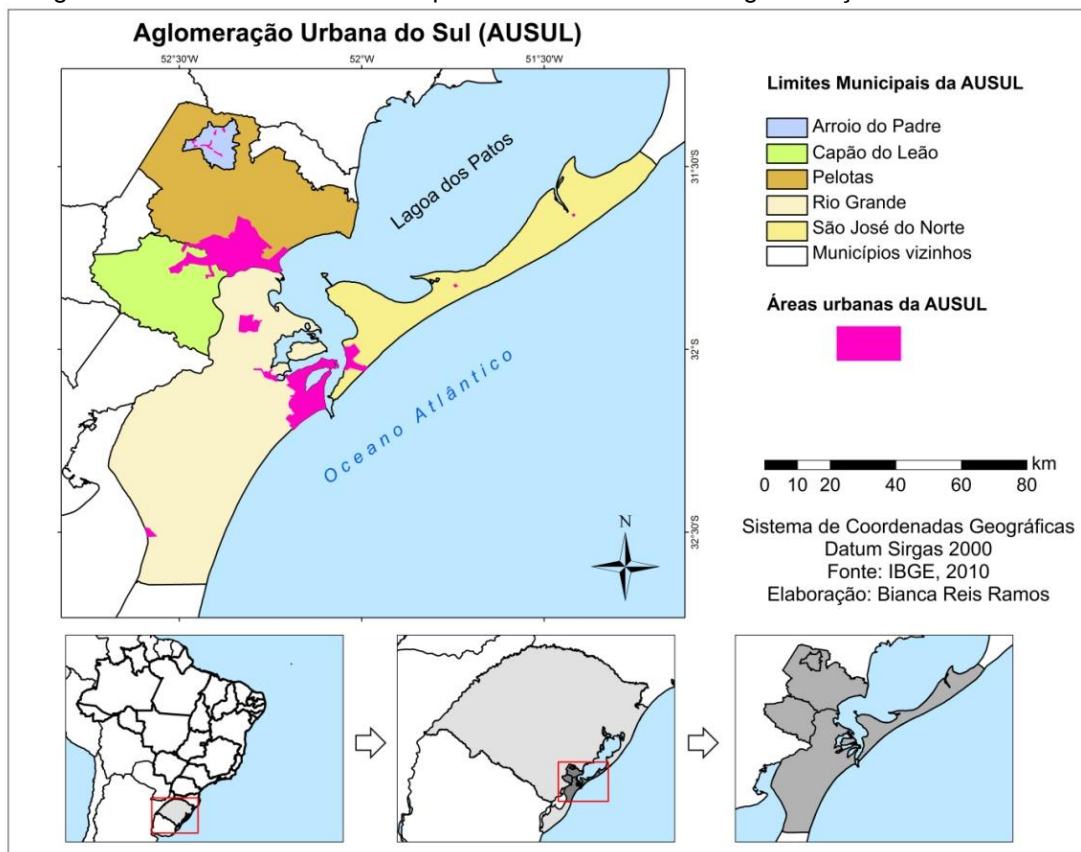
A mobilidade entre as cidades da AUSUL se d  a partir das BR-392, BR-471 e BR-116. J  para acessar o município de São José do Norte,   necessário fazer a travessia de balsa ou barco no sentido Rio Grande – São José do Norte, ou BR-101 sentido Porto Alegre- São José do Norte. A distância máxima de um limite municipal

extremo ao outro na AUSUL não passa de 150 km. Apenas as áreas urbanas de Pelotas e Capão do Leão são conurbadas e a localização dos limites municipais e de suas respectivas áreas urbanas podem ser vistas na Figura 11.

O parque industrial da AUSUL está concentrado entre Rio Grande e Pelotas, assim como as universidades, que reforçam a polarização e centralidade desta aglomeração (HALAL, 2006). Estes dois são municípios historicamente mais desenvolvidos, obtiveram outrora maiores subsídios públicos e privados, e conseqüentemente concentram mais os setores financeiros, industriais, de comércio, universidades, serviços, etc.

Por isso, os dois dividem o lugar de Capital Regional C e os demais municípios são classificados como centros locais na hierarquia da rede urbana do Rio Grande do Sul (IBGE, 2008). Com exceção do município de Arroio do Padre e São José do Norte, todos possuem uma alta taxa de urbanização. O índice de Gini da renda domiciliar *per capita* apresenta maior desigualdade em Pelotas e Rio Grande. A população total desta aglomeração, em 2010, era de 578.034 pessoas.

Figura 11- AUSUL: Limites municipais e áreas urbanas da Aglomeração Urbana do Sul.



Fonte: IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

De acordo com o IBGE (diversos anos a), o PIB de Arroio do Padre, em 2013, tinha contribuição predominante do setor agropecuário (40%) e de administração e serviços públicos (cerca de 35%). Já em Capão do Leão, predominavam os setores da indústria (mais de 20%) e de serviços (mais de 20%). Em Pelotas, o setor com maior contribuição é o de serviços (mais de 50%). Rio Grande teve maior participação nos setores de indústria (mais de 20%) e serviços (mais de 40%). São José do Norte teve maior contribuição dos setores de serviços (cerca de 35%) e administração e serviços públicos (mais de 35%).

No geral, os setores que mais empregam são os de serviços e indústria, que em números absolutos, têm maior concentração em Pelotas e Rio Grande. Em Capão do Leão o setor que mais emprega é o industrial, em Pelotas são os setores de serviços e comércio. Já em Rio Grande são os setores de serviços e o industrial, e São José do Norte emprega mais nos setores de serviços e agricultura. Em Arroio do Padre, o setor de serviços é o que mais emprega, com 83% das pessoas ocupadas. No entanto, como explicamos no capítulo referente à metodologia e a seguir, no capítulo sobre o perfil ocupacional da população (capítulo 6), a maioria da população se ocupa com a agricultura familiar, prática que não é contabilizada pela base do RAIS.

3.4 DIFERENCIAÇÕES ENTRE OS MUNICÍPIOS

O histórico feito até aqui sobre os municípios, nos aponta algumas reflexões: as diferenciações entre estes municípios remontam de um contexto histórico, no entanto, ao direcionar os investimentos em um único ponto sem investir nos demais, corre-se o risco de intensificar as diferenciações entre municípios, acarretando o aprofundamento de desigualdades, quando o crescimento decorrente não é acompanhado de equilíbrio e planejamento. Em suma, esta aglomeração recebeu investimentos do Estado que impulsionaram a economia, assim como a atração de indústrias. No entanto, isso só foi visível em Rio Grande e Pelotas, não só a partir do histórico de sua fundação, mas também em períodos mais recentes, como as diversas intervenções exógenas por parte da União e empresas privadas no complexo portuário do Rio Grande, por exemplo.

Para Moura (2008), a concentração, mobilidade, conectividade e proximidade são importantes na configuração territorial e na divisão social do trabalho. No

entanto, mesmo com a proximidade dos municípios de Capão do Leão, Arroio do Padre e São José do Norte com os municípios mais desenvolvidos da aglomeração, as assimetrias continuam sendo desencadeadas uma vez que, normalmente o direcionamento do capital, os investimentos e a criação de externalidades

[...] decorre (de) e envolve municípios ou partes de seu território que já detêm um mínimo de condições técnicas, científicas, institucionais e culturais capazes de contribuir no processo de transformação. Esse conjunto melhor dotado de vantagens comparativas e favorecido pela proximidade qualifica-se para a atração e sustentação de atividades e investimentos, portanto para a acumulação e reprodução do capital, passando a condicionar a organização da base produtiva. Os municípios ou partes do território de alguns não dotados dessas condições e com pouca capacidade de articulação para conseguirem um salto de qualidade permanecem à mercê das sobras do processo, ou completamente à sua margem (MOURA, 2008, p.208).

Sabe-se que as relações de centro-periferia atualmente são mais complexas, e a característica é a simultânea concentração e dispersão na organização do espaço (SANTOS, 1997). Percebe-se uma expansão das aglomerações urbanas e ao mesmo tempo a consolidação das principais centralidades, com concentração de riqueza fazendo, de um lado, com que apenas alguns pontos do território controlem e conduzam as dinâmicas regionais de divisão social do trabalho, e de outro, a assimetria entre a economia dos centros e das periferias (MOURA, 2008, 2011).

As redes de telecomunicações proporcionaram o desenvolvimento de estruturas urbanas híbridas, hierárquicas e heterárquicas aumentando a conectividade entre os centros, independentemente das hierarquias, à medida que os avanços tecnológicos alcançaram os territórios, bastando apenas que estes centros participem da rede (MACHADO, 1999). Isso porque as distâncias se contraem ou se anulam pela instantaneidade da troca de informações e comunicações, assim como as vias, os meios de transportes, etc. (DIAS, 1995). Isso é um fato, no entanto, nem todos os lugares apresentam estas características.

Moura (2011) salienta que devemos ponderar os avanços tecnológicos de comunicações e informações quando analisamos a realidade brasileira, uma vez que estes efeitos provocados pelas redes no estreitamento de relações entre cidades e pessoas é um processo pontual, abrangendo partes da cidade e da população e não o espaço urbano como um todo. Como Santos (1997, p.227) menciona, "não há um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização, espaços mundializados reunidos por redes". É fato que as redes facilitam e influenciam, uma vez que muitos

centros criam laços e integrações com outros mais distantes, desprezando as regiões de entorno desfavorecidas (MOURA, 2011).

Moura (2011) critica a tese equivocada de que o espaço perderia o sentido diante das técnicas e das redes, uma vez que o espaço é mediação e campo de reprodução do capital. Outro fator é a percepção de tempo e do espaço que é diferente para cada indivíduo. Os agentes vivem e se deslocam a partir de tempos e percepções de distância diferentes, que são influenciadas pelo conteúdo econômico do indivíduo e das infraestruturas que o ambiente construído oferece a ele no cotidiano. Por isso, as redes são interligadas às questões do poder e com potencial de incluir e excluir ao mesmo tempo. Isso é visível na AUSUL, na medida em que as centralidades historicamente formadas em Rio Grande e Pelotas são reforçadas, enquanto os municípios de entorno se tornam pequenos centros locais subordinados a eles e tentando se beneficiar da proximidade.

Percebe-se um estreitamento das relações verticais entre municípios economicamente fortes e uma enorme desigualdade entre os municípios das aglomerações, neste caso, com evidente carência de um reforço das relações horizontais, articulando a respectiva região (MOURA; SANTOS, 2011, p. 195).

Benko (2002 apud MOURA, 2011, s.p.) ressalta a importância da solidariedade entre territórios, e a conexão destes territórios menosprezados. No entanto, a competitividade dos territórios e a busca por dinamismo sem "entraves" dificulta este tipo de política. Mas ainda se mantém um jogo de importância e interdependência destes territórios periféricos aos centros, em um jogo dialético.

Um estudo realizado pelo IBGE (2015) identificou os arranjos populacionais no Brasil. Estes arranjos são caracterizados pelo agrupamento de dois ou mais municípios com forte integração populacional, com base nos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à conurbação das manchas urbanas. Dentro dos municípios pertencentes à AUSUL, três municípios foram considerados arranjos populacionais: Pelotas, Capão do Leão e Arroio do Padre. Capão do Leão tem um índice de integração com os municípios do Arranjo de 0,51, Arroio do Padre apresentou índice de 0,35 e Pelotas teve índice de 0,03. São 11.716 pessoas que trabalham e estudam em outros municípios do arranjo, assim distribuídas: 472 pessoas são de Arroio do Padre, 5.396 pessoas são de Capão do Leão e 5.848 pessoas são de Pelotas. Das 5.396 pessoas que se deslocam de Capão do Leão,

3,5% são para trabalho e estudo, 18,8% apenas para estudo e 77,7% apenas para trabalho (IBGE, 2015).

São José do Norte não faz parte de nenhum arranjo. Rio Grande foi considerado um município isolado, no entanto, o estudo considerou a sua integração com Pelotas como um caso específico. O estudo considerou que Rio Grande possui relações específicas com Pelotas, mas que não geram integração. Isso ocorre porque movimentos eventuais foram se intensificando a partir de 2011, por conta dos técnicos que participaram das etapas da construção naval em Rio Grande. O Censo demográfico de 2010 não registra este tipo de movimento eventual, pois só são considerados os residentes do município. O censo registrou um total de 3.003 pessoas se deslocando para trabalho e/ou estudo, mas ainda assim, a integração é muito baixa. Para se encaixar nos critérios adotados por este estudo, precisaria de um volume bem maior que o atual de pessoas que se deslocam do Rio Grande para o Arranjo Populacional de Pelotas (IBGE, 2015).

Um estudo de Moura (2008) classificou Pelotas e Rio Grande como uma aglomeração do tipo HH (high/high). Essa nomenclatura HH agrupa municípios com valores positivos entre os municípios vizinhos com base na correlação entre a concentração de população elevada e PIB, assim como fluxos pendulares da população.

Ou seja, as discussões são variadas sobre o grau de integração e interação entre Pelotas e Rio Grande, mas pode-se concluir que, os municípios no entorno deles estão à margem de qualquer desenvolvimento ou investimento, uma vez que o capital é investido de forma concentrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das diferentes dimensões da exclusão e inclusão social sob uma perspectiva geográfica foi de grande auxílio, no sentido de conhecer melhor o território e analisar as desigualdades sociais e as chances de ascensão social de uma população. Neste estudo, que procurou estabelecer a relação entre os municípios e seus espaços intraurbanos, foi possível observar a forte relação histórica no processo de formação entre os municípios da AUSUL e sua complementaridade de funções. Vimos que com as sucessivas reorganizações da divisão do trabalho nesta aglomeração, alguns municípios obtiveram benefícios, como Rio Grande e Pelotas, e outros foram perdendo sua importância funcional e econômica na articulação entre os territórios, como São José do Norte e Capão do Leão. O município de Arroio do Padre foi menos impactado pelo reforço nas centralidades do Rio Grande e Pelotas ao longo das décadas, porque sua economia e desenvolvimento foi e é baseada em produção interna, historicamente baseada na agricultura familiar.

Inicialmente, este trabalho seria realizado apenas para as áreas urbanas, nas sedes dos distritos principais de cada município. No entanto, ao analisar os perfis ocupacionais baseados na agricultura de Arroio do Padre e São José do Norte, e no crescimento populacional dos últimos anos nos núcleos urbanos em distritos rurais, principalmente em Rio Grande, sentimos a necessidade de ampliar o estudo para estabelecer uma relação ampla entre as populações e confirmar o fato de que o urbano e o rural não podem ser pensados isoladamente, pois a população, suas atividades e seus modos de vida são dispersos no território.

É necessário considerar estas interações, e pensar a cidade não como uma unidade coesa, mas como um sistema aberto e disperso, assim como preconizam os diversos autores utilizados ao longo deste trabalho. E as considerações que chegamos neste sentido, foram interessantes, uma vez que diversos estudos sugerem a exclusão dos setores rurais devido às disparidades entre urbano e rural, onde este último seria o mais pobre. De fato, identificamos isso, principalmente no que se refere ao atendimento de serviços coletivos, até pela cultura e hábitos diferentes das pessoas que habitam espaços rurais. Mas não identificamos apenas

pobreza e precariedade, identificamos espaços rurais com rendimentos salariais mais altos, indicadores de desenvolvimento educacional melhores e rendimentos escolares superiores aos de setores urbanos. Identificamos situações extremas de deficiência em serviços básicos e exclusão social, tanto em áreas urbanas como rurais. No entanto a precariedade e exclusão social de determinadas áreas urbanas dos municípios de Pelotas e Rio Grande foram mais críticas do que nos espaços rurais (o caso das ocupações na Zona Portuária é um exemplo).

Na escala regional da aglomeração, e com base nos dados apresentados, podemos considerar que todos os municípios possuem algum ponto que necessita de intervenção. De uma forma geral, todos necessitam investir em ampliar o acesso aos serviços coletivos, principalmente no que se refere à rede de esgoto, que implica na saúde e nas condições ambientais da população que reside nestes municípios. A dimensão de infraestrutura também apresentou baixos índices em todos os municípios, abrangendo, quando muito, as áreas centrais ou as áreas de maior poder aquisitivo dos municípios.

Com relação às dimensões das condições habitacionais urbanas e qualidade domiciliar, acreditamos que além dos indicadores utilizados na composição destas dimensões, é necessário uma análise em conjunto com os outros indicadores sociais (principalmente os que se referem aos serviços coletivos, rendimentos dos responsáveis e estrutura ocupacional intraurbana) das concentrações, e a partir disso, detalhar e verificar as realidades em campo, uma vez que, as concentrações de população em condições de habitabilidade precária e em situações habitacionais irregulares foram mascaradas pelos cálculos do índice, principalmente nos municípios onde existem aglomerados subnormais e em São José do Norte. Ou seja, existe maior concentração de população em precariedade habitacional do que foi apontado pelas dimensões de condições habitacionais urbanas e de qualidade domiciliar.

É neste sentido que acreditamos na importância dos indicadores sociais, mas frisamos a necessidade de ponderação na interpretação e conhecimento da realidade das áreas estudadas, para interpretar melhor os resultados e possíveis distorções decorrentes da transformação de conceitos em medidas, que nem sempre irão revelar a realidade concreta.

Apesar de terem apresentado os melhores indicadores ao longo de toda análise, Rio Grande e Pelotas devem pensar soluções para seus espaços

intraurbanos, a fim de evitar o aumento dos espaços de exclusão social e os baixos rendimentos educacionais em escolas localizadas em bairros vulneráveis, escolas próximas aos aglomerados subnormais, e em escolas estaduais de ensino médio, que apresentaram baixos rendimentos escolares.

Observamos também a relação entre a estrutura ocupacional intraurbana em Pelotas e Rio Grande e os demais indicadores que seguiram uma tendência. As ocupações mais ligadas aos setores de direção, gerência, profissionais da ciência e intelectuais concentraram-se, em geral, nas áreas com melhores avaliações nos outros indicadores. Já as ocupações elementares concentraram-se nas áreas que apresentaram indicadores mais baixos nas outras temáticas. Neste ponto que reforçamos a importância do emprego, das melhores condições salariais e maior incentivo à educação para a população. Mas para isso, é necessário também a melhor distribuição dos recursos, maior acesso às infraestruturas e a garantia e melhoria das condições de habitação da população. Ou seja, oferecer uma estrutura externa melhor para populações carentes, ampliar o acesso aos serviços públicos e garantir condições dignas à população.

Os dados apresentados sugerem que Arroio do Padre apresenta melhores condições de vida e desenvolvimento humano, rendimentos escolares de educação básica intraurbanos melhores até que os municípios mais desenvolvidos da aglomeração em alguns pontos. Mas ainda assim, necessitando de maiores investimentos por parte do poder público em infraestruturas básicas, para auxiliar no escoamento e comercialização dos produtos e no desenvolvimento rural e a busca por alternativas e incentivos para a agricultura familiar e de subsistência.

Observamos também, que o nível baixo de instrução dos adultos, pareceu não influenciar nos rendimentos escolares dos jovens em Arroio do Padre, inclusive na proporção de pessoas que frequentavam o ensino superior. Ao contrário de São José do Norte, que com base nos dados das Dimensões de Desenvolvimento Humano e rendimentos escolares, parece reproduzir o padrão de imobilidade social.

São José do Norte apresentou alta precariedade salarial e baixos índices escolares, necessitando de incentivos, tanto para a agricultura, investimento em infraestruturas básicas e de transportes, assim como políticas públicas de inserção e motivação dos jovens, inserção da população ao mercado de trabalho e melhores condições salariais. Capão do Leão também necessita de incentivos neste sentido. É necessário maior integração destes municípios com Pelotas e Rio Grande na

busca por projetos intermunicipais de apoio à educação e até mesmo maior presença de projetos de extensão por parte das duas universidades federais localizadas na AUSUL.

Os indicadores são necessários para a análise de áreas com grande extensão e população, servindo como subsídios na orientação de políticas públicas, devendo ser utilizados pelos diversos atores sociais, para a busca de melhorias das condições de vida para a população. Os indicadores sociais também devem ser construídos coletivamente, junto às comunidades, que devem selecionar as suas pautas de prioridades e suas metas de melhorias, incluindo não só indicadores concretos e objetivos como os utilizados em nossa pesquisa, mas também indicadores subjetivos e realizando avaliações qualitativas junto às populações.

O Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo reuniu análises quantitativas e qualitativas, retratando com maior fidelidade as situações de exclusão que as variáveis do IBGE não contabilizam, como a população de rua, e criando vínculos participativos com a sociedade e compreendendo a percepção destes sobre a exclusão social. É nesse sentido que acreditamos que os indicadores sociais não exercem somente a função de estigmatizar ou servir como chamariz ao capital, pois podem ser utilizados para a mobilização, para a reivindicação das classes populares por serviços e por melhorias na qualidade do ensino e na busca por incentivos e projetos que proporcionem o desenvolvimento humano, a melhoria da qualidade de vida e a diminuição das desigualdades sociais.

As análises feitas neste trabalho procuraram apontar as desigualdades, sem desconsiderar as diferenças inerentes ao perfil da população, que possuem especificidades em cada um dos municípios estudados. Nossa proposta envolveu uma quantidade expressiva de indicadores para apresentar um panorama do desenvolvimento social, humano e urbano destes municípios, e quais suas potencialidades e fragilidades no que se refere ao perfil de ocupação e precariedade dos rendimentos salariais, infraestruturas básicas, atendimento de serviços coletivos e habitação, nível de instrução, rendimentos escolares e suas possíveis condições de ascensão levando em consideração seus recursos e seus contextos sociais.

Sugerimos para estudos posteriores complementares, a análise temporal destes indicadores com os próximos resultados do Censo Demográfico para que possamos identificar se houveram mudanças no sentido de aumentar as condições de desenvolvimento humano, salários justos, investimentos públicos em

infraestrutura, ampliação dos serviços básicos de saneamento e incentivo à inserção e permanência na escola nas áreas com baixos índices de rendimentos escolares.

Sposito (2002), neste contexto, enfatiza a importância do comprometimento com a mudança, que vai além das constatações das realidades.

É com essa perspectiva que consideramos necessário ter **utopias**, não aquelas que sustentam as práticas românticas que só reforçam o presente, mas as que, revelando um compromisso político com a mudança, estimulam as práticas que, se não são revolucionárias, contêm a possibilidade do novo. Não temos a pretensão de apontar os caminhos para a (re) constituição de uma Educação com menos desigualdades e por isso, continente da possibilidade de convivência entre as diferenças e de construção da equidade, mas, apenas, lembramos que já temos sido capazes de vivenciar experiências inovadoras e não apenas novidadeiras, que somos criativos e que devemos ser sujeitos da História e não objeto dela (SPOSITO, 2002, p.166).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGEBAILÉ, Eveline. **Escola Pública e Pobreza no Brasil: a Ampliação para Menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, 348 p.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Um Nuevo Impulso a la Integración de La infraestructura regional em America Del Sur**. BID, 2000.

Disponível em:

<<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35317367>> Acesso em: 23 out. 2017.

BAYSDORF, N. C. **O processo da globalização e os seus impactos na identidade pomerana da comunidade de Arroio do Padre / RS**. monografia (Geografia - UFPEL), Pelotas RS, 2007.

BEIERSDORF, C. R.; WIEDUSCHADT, P. Arroio do Padre/RS e sua identidade luterana: práticas de educação e cultura de uma comunidade (1950-1960). **Revista Latino Americana de História - PPGH - UNISINOS**. Novo Hamburgo, v. 2, n. 7, Set 2013.

BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do Departamento de Geografia da USP**. São Paulo, n.15, p.45-54, 2002.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

_____. Espaço social e gênese de classes. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 1989, p. 133-161.

_____. 1979. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris, Éditions de Minuit, 672 p.

_____. **Los tres estados del capital**. Traducción inédita de E. Tenti, 2002.

BRAGA, Roberto. Cidades médias e aglomerações urbanas no estado de São Paulo: novas estratégias de gestão territorial. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais**. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/10.pdf>> Acesso em: 16 nov. 2016.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>

BRASIL. **Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

BRAVO, M. T. de; VERA, S. F. de. Consideraciones metodológicas: una operacionalización del concepto de calidad de vida. **Revista Geográfica Venezolana**. v. 34, 1993.

BUZAI, Gustavo D. **Mapas sociales urbanos**. Buenos Aires: Lugar editorial, 2003.

CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. Conceitos básicos em ciência da geoinformação. IN: CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (org.). **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001.

CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira; MEDEIROS, José Simeão de. Fundamentos Epistemológicos da Ciência da Geoinformação. In: CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (org.). **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação Sócio espacial. Cidades. **Presidente Prudente**, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento urbano. In: VITTE, C, C, S.; KEINERT, T, M, M. (org.). **Qualidade devida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 21-68.

CAZELLI, Sibeles. Jovens, Escolas e Museus: os efeitos dos diferentes capitais. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. (org.). **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010. p. 175-216.

CINTRA, Antônio Octávio. Nota sobre os condicionantes políticos do planejamento urbano. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**. Belo Horizonte, n.2, 1974, p. 115-138.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

_____. O Estudo da rede urbana: Uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio De Janeiro, ano 50, n.2, p. 107-124, 1988.

_____. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 11, p. 133-136, 2003.

COSTA, Lygia Gonçalves. Mobilidade ocupacional no Brasil: uma análise das chances de mobilidade e inserção ocupacional segundo a origem, a cor e a situação de migração e não-migração para homens chefes do domicílio (1988-1996). **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 45, n.1, p. 48-60, jan. 2009.

DAVIS, Clodoveu; CÂMARA, Gilberto. Arquitetura de Sistemas de Informação Geográfica. In: CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (org.). **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001.

DELCOL. Rafaela Fabiana Ribeiro. **A discrepância entre os índices sobre a Região Metropolitana de Campinas e a realidade habitacional de Campinas**. 2016. 233 p. Tese (Doutorado em Geografia – Análise Ambiental e Dinâmica Territorial). UNICAMP. Campinas - SP, 2016.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

DIAS, Leila C. Redes: Emergência e organização. In: CORREA et al. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 (1995).

EGLER, Claudio A. G. et al. Bases conceituais da rede urbana brasileira: análise dos estudos de referência. In: PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; FURTADO, Bernardo Alves. **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília. IPEA, 2011. p. 25-46.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FONTOURA, L. F. M. **As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte**. 1992. 131. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFRGS. Porto Alegre, 1994.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. Qualidade de vida e meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v.25, n.2, p. 75-86, 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101991000200001>>.

FOULCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte, 2013.78p. Acesso em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Sobre o Fundeb**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb>> Acesso em 26 mar. 2018.

GARCIA, Verônica Mackmillan. **Leitura geográfica das transformações socioeconômicas em São José do Norte no século XXI**. 2011. 69p. Monografia (Graduação em Geografia) FURG. Rio Grande, 2011.

GAUTÉRIO, D. M. **Evolução urbana da cidade de São José do Norte**. 1997. 75p. Monografia (Graduação Geografia), UFPEL, Pelotas, 1997.

GENOVEZ, Patrícia Carneiro. **Território e desigualdade: análise espacial intra-urbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano de São José dos Campos**. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2005.

GENOVEZ, Patrícia Carneiro; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira; CÂMARA, Gilberto. Diagnóstico das Áreas de Exclusão/Inclusão Social através de Sistema de Informação Geográfica na Área Urbana de São José dos Campos/SP. **Anais. X SBSR**, Foz do Iguaçu, 2001, INPE p. 1097-1105

GIBSON, K., Social polarization and the politics of difference: discourses in collision or collusion? In: Fincher, R. e Jacobs, M. (eds.) **Cities of Difference**. New York: Guilford Publications. 1998.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**. Niterói, v.1, n.1, jan. 1999, p. 15-39

HALAL, Guilherme Afonso. **Níveis de participação popular na gestão de municípios em aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul: Aglomeração Urbana do Nordeste x Aglomeração Urbana do Sul**. 2006. 56p. Monografia (Graduação em Geografia) FURG. 2006

HARVEY, David. Processos sociais e forma espacial. In: **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 13-37.

HIDALGO, Kênia Ribeiro da Silva. Fracasso escolar: uma violência simbólica na perspectiva sociológica de Bourdieu. Publ. **UEPG Ci. Soc. Apl.** Ponta Grossa, v. 22, n.2, p. 193-204, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados do universo por setor censitário**. Documentação do Arquivo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD**. IBGE Rio de Janeiro, v. 31, p.1-135, 2011b

_____. **Censo Demográfico 2010. Resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em:

_____. _____. **Resultados Gerais da Amostra**. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_a_mostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtml> Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. _____. **Malha digital de setores censitários.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010c.

_____. _____. **Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010d.

_____. **IBGE cidades. Informações sobre municípios.** Diversos anos (a). Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sul|rio-grande>> Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Classificação e Caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:
<https://ww2.ibge.gov.br/apps/rural_urbano/> Acesso em: 23 out. 2017.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: Banco de Dados Agregados.** Diversos anos (b). Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro, 2008. 201 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas.** Livro 6, v. 2. Brasília: IPEA, 2010, 912 p. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/42543_Livro_InfraestruturaSocial_vol2.pdf> Acesso em: 10 nov. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa Geotecnologias na Gestão Municipal pontos de localização das escolas do Rio Grande. Rio Grande: IFRS, 2017. **Arquivo shapefile.**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. diversos anos. **Base de dados Data Escola Brasil do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** Disponível em: <<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>>

_____. **Censo escolar. Microdados do Censo da Educação Básica.** Base de microdados. 2010 Disponível em: <<http://inep.gov.br/microdados>>

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil.** 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2006, 141 p.

JORNAL TRADIÇÃO. **Crescimento sustentável: Emater incentiva agricultores familiares a diversificar produção.** 2012. Disponível em:
<<http://www.jornaltradicao.com.br/site/content/rural/index.php?noticia=2233>>

_____. **Em Arroio do Padre, família unida na plantação de fumo.** 2017. Disponível em: <<http://www.jornaltradicao.com.br/site/content/rural/index.php?noticia=20689>>

KARRUZ, Ana Paula; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Do abstrato ao concreto: A proposta do Observatório da Qualidade de Vida de Santo André para operacionalização da noção de qualidade de vida via estudo espacializado da longevidade. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 155-176.

KESSIDES, C. The Contributions of Infrastructure to Economic Development: a review of experiences and policy implications. **World Bank Discussion Paper**, n. 213, Washington, DC, 1993.

LUCO, Camilo Arriagada; ENGEL, Yael Korol. Desafios às políticas educacionais que surgem com as novas tendências à segregação urbana. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben (orgs.). **A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina.** Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008, p.309-326.

KOGA, Dirce. Diagnóstico Sócio territorial entre o chão e a gestão. **Cadernos IHU ideias.** São Leopoldo, ano 14, n.243, v.14, 2016.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e Mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR/UFRJ.** Rio de Janeiro, v.13, n. 1, p. 109-138, 1999. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/1999-urbanizacao-e-mercado-de-trabalho-na-amazonia-brasileira-LOM.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2016.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção.** In: **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996. p. 9-27.

MARTINS, César A. Ávila. Crescimento e desenvolvimento: uma leitura da aglomeração urbana do sul. In: HEIDRICH, A. L.; SOARES, P. R. R.; TARTARUGA, I. G. P.; MAMMARELLA, R. (Org.). **Estruturas e dinâmicas sócio espaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991-2010).** Porto Alegre: Editora Letra 1, 2016, v.1, p. 121-148.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873- 1990).** Rio Grande: Ed. da FURG, 2006.

MATOS, Ralfo. Aglomerações Urbanas, Rede de Cidades e Desconcentração Demográfica no Brasil. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais.** Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf> Acesso em: 20 nov. 2016

MENEZES, Daiane Boelhouwer; POSSAMAI, Ana Júlia. **Desenvolvimento humano e bem-estar urbano nas regiões metropolitanas brasileiras: um novo índice sintético**. Porto Alegre: FEE, 2015. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wpcontent/uploads/2015/08/20150818desenvolvimento-humano-e-bem-estar-urbano-nas-regioes-metropolitanas-brasileiras_-um-novo-indice-sintetico1.pdf>

MENEZES, Luís Carlos Araújo; JANNUZZI, Paulo de Martino. Planejamento nos municípios brasileiros: Um diagnóstico de sua institucionalização e seu grau de efetividade. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 21-68

MÉO, Guy di; BULÉON, Pascal. Espaces, temporalités, acteurs. In: **L'espace social. Lecture géographique dessociétés**. Paris: Armand Colin, 2007, p. 17-42.

MILHEIRA, Rafael Guedes. Um modelo de ocupação regional Guarani no sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, n. 18, 19-46, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Sistema e MEC**. Banco de Dados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 28 ago. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Município**. DATASUS, diversos anos. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>> Acesso em: 03 jan. 2017

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Revista etc, espaço, tempo e crítica**. Niterói, v. 1, n. 1, 2007.

_____. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: **Geografia: Teoria e Crítica. O saber posto em Questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982, 236p.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. São Paulo:Contexto, 2009.

MOURA, Rosa. Arranjos Urbano-regionais no Brasil: especificidades e reprodução de padrões. **Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona, v. 16, n.923, mai. 2011. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-923.htm>> Acesso em: 25 jun. 2016

_____. Arranjos Urbano-Regionais no Brasil: o conteúdo modificado da concentração e da desigualdade. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, n.115, p.199-210, 2008.

MOURA, Rosa; SANTOS, Gislene. Semelhanças e diferenças no processo de urbanização do Sul do Brasil. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. (Org.). **As cidades e a**

urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011, p. 211-228.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: Uma discussão teórico-metodológica. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 123-154.

NASCIMENTO, Ederson. **As desigualdades sócio-espaciais urbanas numa metrópole interiorana: uma análise da região metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de exclusão/inclusão social.** 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências. UNICAMP. Campinas, 2013.

NASCIMENTO, Edson Reis do; NOVELLO, Ivan Carlos. **Estratégias para a comercialização de hortifrutigranjeiros.** Cooperativa Agropecuária de Arroio do Padre (Coopap): Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Edson%20Nascimento.pdf Acesso em: nov. 2017.

NIDELCOFF, M. T. **Uma escola para o povo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE COLETIVA (NEAS/FURG). Vulnerabilidade social. **Arquivo shapefile.** Rio Grande, 2005.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, Ignez Barbosa. Desigualdades sócio-espaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. **Mercator.** Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-36, 2014.

PETRONE, B. da S. **Transporte lacustre de passageiros: Rio Grande e São José do Norte.** 1997. 53p. Monografia (Graduação Geografia) FURG, Rio Grande, 1997.

PREFEITURA DE ARROIO DO PADRE. **Histórico do município.** Disponível em: <http://arriodopadre.rs.gov.br/novosite/historico/> Acesso em: 15 mai. 2017

PREFEITURA DE CAPÃO DO LEÃO. **Sobre Capão do Leão.** Disponível em: <http://www.prefeitura.capaodoleao.com.br/sobre-capao-do-leao/> Acesso em: 15 mai. 2017

PREFEITURA DE PELOTAS. **Primeira referência histórica de Pelotas.** Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/cidade/historia> Acesso em: 15 mai. 2017

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO NORTE. **Apresentação do município.** Disponível em: <http://www.saojosedonorte.rs.gov.br/sao-jose-do-norte/o-municipio/apresentacao-do-municipio> Acesso em: 15 mai. 2017

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Desenvolvimento Humano e IDH.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH Acesso em: 6 set. 2017

RAMOS, Bianca Reis. Índice de Bem-Estar Urbano no município do Rio Grande, RS. **e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, p. 24-34, 2015.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RETAMOSO , Alejandro; KAZTMAN, Ruben. Aprendendo juntos. Desafios na educação a partir dos processos de segregação urbana. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben (orgs.). **A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008, p. 245-279.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN. Introdução. In: **A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008, p. 15-32.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KOSLINSKI Mariane C. A metropolização da questão social e as desigualdades de oportunidades educacionais no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010. p.33-66

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (Org.). **IBEU Municipal: Índice de Bem-Estar Urbano dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles - IPPUR/UFRJ, 2016. 117p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (Org.). **Índice de Bem-Estar Urbano**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 264p.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Disponível em:

<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=807&cod_menu=805&tipo_menu=POPULA&cod_conteudo=1398> Acesso em: 24 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Lei nº 103/2015**. Institui o Programa Estadual “Escola Melhor: Sociedade Melhor”

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades sócio-espaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

ROLDÃO, Lenira Beatris Romeu. **Educação e qualificação para o trabalho entre os jovens do bairro Parque Marinha**. 2009. 40 f. Monografia (graduação em geografia), Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009.

ROLNIK, R. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002.

SALATA, André Ricardo; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. Entre o mercado de trabalho e a escola: os jovens no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010. p.91-120

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, 1999. Disponível em:
< http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_2_santos.pdf> Acesso em: 05 ago. 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Joaquim Lucas Dias dos. Breve histórico da Pedreira do Cerro do Estado-Capão do Leão/RS. In: SANTOS, Douglas Ferreira dos. et al. (org.). **Olhares sobre Capão do Leão**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 37-90.

SARAVÍ, Gonzalo. Segregação urbana, sociabilidade e escola na Cidade do México: a coexistência de mundos isolados. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben (orgs.). **A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008, p. 180- 222.

SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. São Paulo, 2013.

Silva, Adinael Gautério da. **A escolha da profissão e as relações de gênero : um estudo de caso das estudantes formandas do ensino médio na cidade de Rio Grande**. 2006. 60 f. Monografia (graduação em geografia), Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006.

SILVA, Antônio Néelson Rodrigues da Silva et al. **SIG: uma plataforma para introdução de técnicas emergentes no planejamento urbano, regional e de transportes. Uma ferramenta 3D para análise ambiental urbana, avaliação multicritério, redes neurais artificiais**. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

SILVA, Rogério Piva da et al. O impacto do Polo Naval no setor imobiliário da cidade do Rio Grande, RS. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6. **Anais**. Porto Alegre: PUC-RS, 2012. Disponível em:
<http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa3/O_Impacto_do_Polo_Naval_no_Setor_Imobiliario_da_cidade_de_RioGrande_RS.pdf> Acesso em: 07 out. 2013.

SILVA, Arthur Victoria. A emancipação. In: SANTOS, Douglas Ferreira dos. et al. (org). **Olhares sobre Capão do Leão**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 21-36.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. A Urbanização no Rio Grande do Sul: as Cidades Médias e sua Relação com o Território. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C.

(Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 211-228.

_____. Regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas? Contribuição para o debate no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 36, n. 2, 2015, p. 323-342.

_____. **Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812- 2000)**. Tese (Doutorado em Geografia) 2002. Universidad de Barcelona. Barcelona. 2002.

SOARES; HALAL; GODOY. Novos recortes territoriais e aglomerações urbanas no sul do Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona, v. 9, n. 194, 2005.

SOBARZO, Oscar. Cidades médias na encruzilhada das horizontalidades e verticalidades. In: MARTINS, César A. Ávila; MARTINS, Solismar Fraga; SILVA, Susana Maria Veleda (org.). **Quintas urbanas: cidades e possibilidades**. Rio Grande: FURG/NAU, 2011, p. 43-58.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. 2a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

_____. **Cidade, Território, Exclusão/Inclusão Social**. Congresso Internacional de Geoinformação. São Paulo: CEDEST, 2000. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/artigos.html>> Acesso em: 19 jun. 2017

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 175-197.

_____. A produção do espaço urbano: Escalas, diferenças e desigualdades sócio-espaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013, p.123-146.

_____. O local, o nacional e o global na geografia e as práticas escolares. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n.33, p 143-168, jan./jun. 2002

TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. A geografia econômica da metrópole e das aglomerações urbanas gaúchas: Teoria e indicador do potencial de inovação. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. **Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991-2010)**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 149-173.

TAVARES, Mateus Ferreira Balinhas Tavares. **Análise do imposto predial urbano (IPTU) na cidade de Pelotas/RS**. 2011. 64p. Monografia. (Graduação Geografia) Rio Grande. FURG. 2011.

TEREZO, Claudio Ferreira. **Novo dicionário de geografia: Termos e Conceitos**. São Paulo: LivroPronto, 2007.

TORRES, Luiz Henrique. Os Molhes da Barra e Capão do Leão. In: SANTOS, Douglas Ferreira dos. et al. (orgs.). **Olhares sobre Capão do Leão**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 91-110.

Universidade Federal de Pelotas. Bairros de Pelotas. (LABGeotec/ Prefeitura de Pelotas). **Arquivo shapefile**. Pelotas, 2017.

Vargas, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**. Salvador, v. 29, n. 77, p. 313-331, mai. 2016.

VIAL, M. **Um desafio à democratização do ensino: o fracasso escolar**. In: BRANDÃO, Z. (Org.). Democratização do ensino: meta ou mito? Rio de Janeiro: F. Alves, 1987, p.11-23

VITTE, Claudete de Castro Silva. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: Uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 89-110.

WILSON. Robert H. A interação da forma urbana e a política pública: o caso da educação pública. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben (orgs.). **A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideú, Uruguai: IPPES, 2008, p. 280-308.

ANEXOS

ANEXO I – ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES NA AUSUL

Órgão gestor, serviços de transportes e articulações no ano de 2009		Arroio do Padre	Capão do Leão	Pelotas	Rio Grande	São José do Norte	
Órgão gestor e conselho municipal de transporte	Caracterização do órgão gestor do transporte no município	Não possui estrutura	Não possui estrutura	Secretaria em conjunto com outra política	Secretaria em conjunto com outra política	Secretaria em conjunto com outra política	
Conselho municipal de transporte - existência		Não	Não	Sim	Sim	Não	
Serviços de transporte	Serviços de transporte existentes no município	Barco	Não	Não	Não	Sim	Sim
		Metrô	Não	Não	Não	Não	Não
		Moto táxi	Não	Sim	Sim	Não	Sim
		Táxi	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
		Trem	Não	Não	Não	Não	Não
		Van	Não	Não	Sim	Sim	Não
	Transporte coletivo por ônibus intramunicipal - existência	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	
Transporte coletivo por ônibus intermunicipal	Atende ao deslocamento entre bairros, distritos, localidades dentro do município	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Articulações interinstitucionais	Na política de transporte o município participa de:	Consórcio público intermunicipal	Não	Não	Não	Não	Sim
		Consórcio público com o estado	Não	Não	Não	Sim	Não
		Consórcio público com o governo federal	Não	Não	Não	Não	Não
		Convênio de parceria com o setor privado	Não	Não	Não	Não	Não
		Apoio do setor privado ou de comunidades	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: IBGE, Diversos anos (a).

ANEXO II – ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO NA AUSUL

Órgão gestor e instrumentos de planejamento da educação em 2009		Municípios				
		Arroio do Padre	Capão do Leão	Pelotas	Rio Grande	São José do Norte
Sistema municipal de ensino próprio - existência		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Objeto regulamentado por instrumento legal:	Projetos, programas e ações da educação municipal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Concessão de incentivos fiscais para entidades educacionais	Não	Sim	Sim	Não	Não
	Conselho de controle e acompanhamento social do FUNDEF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Conselhos escolares	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Conselho de alimentação escolar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Conselho do transporte escolar	Não	Não	Não	Não	Não
	Sistema municipal de ensino	Não	Sim	Sim	Sim	Não
	Plano municipal de educação - existência	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Na rede municipal de ensino municipal existe capacitação de professores:	Em direitos humanos	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
	Na temática de gênero	Não	Sim	Não	Sim	Não
	Na temática raça/etnia	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
	Em orientação sexual	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Ações	Investimento em organização administrativa	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Autonomia financeira da escola	Não	Não	Não	Não	Não
	Participação da comunidade na gestão da escola	Não	Não	Não	Sim	Não
	Campanha e/ou programa para matricular as crianças na escola	Não	Não	Não	Não	Não
	Diminuição da evasão escolar	Não	Sim	Sim	Não	Não
	Regulamentação e valorização da carreira do magistério	Não	Sim	Não	Não	Sim
	Capacitação de professores	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Contratação de professores	Não	Não	Não	Não	Não
	Melhorias ou implementação de programas de assistência escolar	Sim	Não	Não	Sim	Não
	Melhoria do transporte dos alunos	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Órgão gestor e instrumentos de planejamento da educação em 2009		Municípios				
		Arroio do Padre	Capão do Leão	Pelotas	Rio Grande	São José do Norte
Ações	Ampliação do atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Desenvolvimento de projetos voltados para a educação de jovens e adultos	Não	Não	Não	Sim	Sim
	Desenvolvimento de projetos voltados para a educação no campo, indígena e ambiental	Não	Não	Não	Sim	Não
	Instituição de cursos de educação profissional	Não	Não	Não	Não	Sim
	Desenvolvimento de projetos voltados para promoção de uma educação que contribua para a redução da discriminação racial, por gênero e por orientação sexual	Não	Não	Não	Não	Não
Articulação interinstitucional	Na política de educação o município participa de:					
	Consórcio público intermunicipal	Não	Sim	Não	Não	Sim
	Consórcio público com o estado	Não	Sim	Sim	Não	Sim
	Consórcio público com o governo federal	Não	Sim	Não	Não	Sim
	Convênio de parceria com o setor privado	Não	Não	Sim	Não	Sim
	Apoio do setor privado ou de comunidades	Não	Não	Não	Não	Sim

Fonte: IBGE, Diversos anos (a).